

Ensaio sobre 2013 e uma guerra híbrida fora de lugar

Piero C. Leirner¹

Professor Titular/Universidade Federal de São Carlos

<http://orcid.org/0000-0002-6485-027X>

pierolei@ufscar.br

Introdução

Este ensaio tem como propósito tentar situar e entender um papel que a ideia de guerra híbrida teve nos eventos que ocorreram no Brasil em junho de 2013. De início quero deixar claro que não se trata de enxergar aquele contexto como uma guerra híbrida, mas, antes, entender como e porque *uma* noção de guerra híbrida assumiu um papel a posteriori em um (ou alguns) conflito(s) de interpretações sobre o que aconteceu. Nesse sentido, o principal esforço aqui será o de tentar esclarecer qual foi o sentido de a guerra híbrida ter entrado em um campo de ação intelectual – e político – que procurou dar tração à ideia de que naquele momento se germinou uma conspiração para promover uma mudança de governo e definitivamente tirar o PT do jogo político, acarretando as profundas transformações que o Brasil viveu depois. Trata-se, assim, mais de ver a ideia de guerra híbrida pairando sobre um 2013 passado do que criar mais um “modelo” para os eventos de então.

Cabe deixar claro também que a noção de guerra híbrida foi acoplada ao debate sobre 2013 pela “porta dos fundos”. Ela nunca se constituiu em uma ideia hegemônica, tendo mais servido de auxiliar de uma meta-tese que podemos chamar provisoriamente de “ovo da serpente” (voltarei ao termo a seguir). Como veremos, o uso da ideia de guerra

1 Professor Titular DCSO/PPGAS/UFSCar e Pesquisador do CNPq. Este texto é resultado de 2 cursos que dei simultaneamente sobre política no Brasil nos últimos 10 anos (na graduação em Ciências Sociais e na Pós em Antropologia da UFSCar), e desde já agradeço às alunas e alunos que participaram dos debates e conversas, bem como a Pedro Arantes, Luiz Damon e Danilo Paiva. Agradeço também a Guilherme Lemos, Mateus Holmo, Aline Iubel, Romulus Maya, Felipe Vander Velden, Kike Toledo, Fernando Pinheiro, equipe R@U e, especialmente, a Ciméa Beviláqua pela leitura crítica e parceria.

híbrida para entender o contexto brasileiro começa em 2016, mas se intensifica em 2018, e é nessa época que começa sua associação com 2013. Um dos fatores que talvez mais tenha pesado para isso foi a edição em português do livro *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes* (2018 [2015]) de Andrew Korybko, um analista norte-americano radicado na Rússia, pela editora (vinculada ao MST) Expressão Popular. De certa forma, o modelo dele casou com a ideia de que um agente oculto e transcendente teria dado o impulso necessário para a articulação interna ao êxito de um processo golpista no Brasil².

No entanto, esta explicação imediatamente se converteu numa espécie de meta-análise, produzindo uma espécie de campo acusatório. Protagonistas dos movimentos de 2013 e intelectuais às vezes foram colocados (e às vezes se colocaram ao vestir a carapuça de quem reage a uma acusação) na posição de agentes terceirizados deste projeto golpista produzido no exterior. Um dos resultados disso – talvez o mais relevante para os propósitos deste ensaio – foi que a guerra híbrida acabou assumindo a aura de teoria da conspiração³. É nesse ponto que pretendo me situar, uma vez que nem vejo 2013 como um “claro caso de guerra híbrida” nem acho que este conceito se resume ao modelo de Korybko (cf. Leirner, 2022)⁴. É preciso deixar claro que a noção de guerra híbrida não é homogênea, e está longe de poder ser resumida como uma forma de conflito indireto. Procurarei mais à frente, junto ao problema de 2013, mostrar do que se trata o tal “híbrido” do conceito, vendo como ele representa a imbricação de vários tipos de guerra com outras esferas da vida social, especialmente equacionando isto no contexto neoliberal. Desenvolverei este ponto como um desdobramento necessário ao entendimento que procurarei dar sobre 2013, e, principalmente, sobre os debates a respeito de 2013, que tiveram uma significativa retomada por ocasião dos 10 anos daqueles eventos, agora no segundo semestre de 2023.

Retomando 2013 em 2023: ovo versus povo.

Pelo visto junho de 2013 voltou a ser um tema quente não somente por conta de um típico revisionismo que aparece em decênios ou centenários, mas também porque vários intelectuais públicos têm manifestado a ideia de que este “evento não acabou”⁵. De certo

2 Como nota um crítico do livro, Jonas Medeiros, “O subtítulo da tradução brasileira é diferente do subtítulo original. Parece-me que a Expressão Popular, uma editora de esquerda, buscou aclimatar o livro para o contexto brasileiro, modulando a recepção do conceito justamente para aqueles potenciais leitores que já acreditam que junho de 2013 foi uma ‘revolução colorida’ que levou mecanicamente ao golpe de 2016 (e à eleição de Bolsonaro em 2018). O subtítulo original é ‘a abordagem adaptativa indireta à mudança de regime’. Um subtítulo bem menos vistoso e sem a palavra chamariz ‘golpe’ para o contexto brasileiro” (Medeiros, 2020).

3 Para uma ótima discussão sobre o estatuto das teorias da conspiração na produção de discursos meta-científicos, ver Almeida (2018).

4 Ao contrário do que às vezes me é imputado, como por exemplo em Omena e Souza (2023).

5 Este foi o diagnóstico geral que ouvi em várias das exposições no evento “Seminário “Visões de junho””

modo, sua continuidade desde então está relacionada a uma espécie de assombração do que veio depois, com a ascensão da extrema direita no Brasil nos anos subsequentes. Mas 2013 também foi ao divã 10 anos depois por conta de *culpas* atribuídas⁶ – pelo que houve durante, e, especialmente, depois. Esta talvez seja uma das principais dificuldades ao trabalhar com os enredos de 2013: nenhuma das teorias esteve completamente ausente de um devir acusatório. E, como em toda acusação, buscar intenções veladas, disfarces, truques e faces ocultas pode virar uma regra. Um sobrevoo pelos debates de 2023 deixa clara uma espécie de geopistemologia política interna à(s) esquerda(s) – a direita sequer se preocupa em discutir 2013 às claras. Nesse enredo parece que a guerra híbrida acabou vestindo a carapuça de mordomo ideal, e cada esquerda passou a ter um “Alfredo” para chamar de seu⁷.

Isso praticamente produziu duas linhas de força com explicações que voltaram a entrar em choque: a que vincula uma culpa diretamente aos fatos de 2013 e a que vê entre eles um movimento oblíquo. Nem sempre opostas e algumas vezes sobrepostas, essas linhas têm duas características comuns: elas atacam e defendem alguma coisa, tornando-se análises mais politicamente interessadas do que o habitual marasmo acadêmico está acostumado. Entre permanências e ausências, se 2013 foi o “ovo da serpente”⁸ (isto é,

que ocorreu na Filosofia/USP no começo de agosto de 2023. Coordenado por Alberto Ribeiro e Sérgio Cardoso, foi organizado por Matheus Ichimaru, Pedro Ivan Sampaio e Thomás Zicman de Barros. O evento contou com militantes de 2013, professores e pesquisadores de diversas áreas, jornalistas e críticos, entre outros que se destacaram “no calor da hora” em junho de 2013 com artigos em jornais, nas redes, em falas públicas, eventos, livros e outras publicações. Foram 4 dias que totalizaram 7 mesas que comportaram 20 pessoas. Ao mesmo tempo deu-se muito debate em canais de internet – a grande maioria de esquerda – e alguma coisa na televisão e em jornais. Aos poucos voltaremos a parte destas posições.

- 6 Assumo aqui o uso de culpa numa espécie de caráter sintético para a palavra: como responsabilidade por dano em termos morais, como imputação jurídica a uma transgressão e como emoção penosa derivada de uma espécie de autorrejeição.
- 7 Para quem é jovem, explico: “Alfredo” se tornou sinônimo de “mordomo” (talvez por ideia do seriado Batman, nos anos 1960) – que em romances policiais ganhou a conotação de bode expiatório silencioso, mas sempre pronto para agir em nome da patroa ou do patrão – depois de uma famosa propaganda de papel higiênico nos anos 1980 (que se estendeu por anos), cujo mote era “não arrisque sua pele”- e evidentemente a pele era uma metáfora para outra, aquela que entra em contato com o papel higiênico e é “alvo” de uma série de significados, entre eles o de uma zona a ser protegida. O vídeo da propaganda está em <https://www.youtube.com/watch?v=T8EA9QfkNWE>. Como sabemos, “mordomo” também é a posição clássica de quem toma a culpa por um crime cometido pelo patrão.
- 8 Esse é o título de um livro de Consuelo Dieguez (2022), eleito como saco de pancadas por Marcos Nobre numa recente entrevista que sintetiza o problema: há uma “culpa” que deve ser enunciada? Se ela coloca a “culpa por Bolsonaro” no “ovo chocado” em 2013, Nobre representa bem a posição para quem “a demonização de Junho vai de par com a incapacidade do PT e do campo mais amplo da esquerda de formular propostas viáveis de rumo e canalização institucional para a energia das ruas” (Marcos Nobre, <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/06/como-junho-de-2013-levou-culpa-pelos-desastres-do-pais.shtml>).

se explica 2015, 2016, 2018 e além, como previu Chauí, 2013⁹); se foi a “revolução que desencadeou a contrarrevolução (preventiva e efetiva)” (Safatle, 2022; 2023); se foi um “universo de simulacros desprendidos de suas bases” contra os políticos que se converteu em antipartidarismo (Secco, 2013); se foi uma ruptura do campo político da participação social no Brasil (Avritzer, 2016); se foi a emergência de uma nova insurgência (Arantes, 2021 [2014])¹⁰; se foi uma reação ao esgotamento do modelo político das “coalizões” pós-1988 (Nobre, 2022); se foi, de forma mais abrangente, a ação contra um Estado securitário entronizado na coalizão do PT com setores intraelites (Moraes, 2018b); se foi a “classe média espremida” entre elite e sub-proletariado (Singer, 2013), ou “precariado sem perspectiva” (Braga, 2013); se foi a ação pela qual “as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano” (MPL, 2013, p. 16); se foi a “questão urbana” (Maricato, 2013) e/ou uma reação à “a inviabilidade crônica de nossas metrópoles” (Pedro Arantes, 2014); se foi o “trauma” ou uma espécie de recalque dele (Nunes, 2022); enfim, se foi “golpe ou revolução”, ou, ainda, “nem golpe nem revolução”, mas um “protesto clássico de jovens de classe média” (Carlotto, 2013), antes e depois as posições que anteviram e/ou negaram o espectro de 2018 sobre 2013 foram marcadas por uma espécie de fratura sobre o papel de 2013 como um momento de transformação¹¹.

-
- 9 Segundo ela, “Justamente porque uma nova possibilidade política está aberta, algumas observações merecem ser feitas para que fiquemos alertas aos riscos de apropriação e destruição dessa possibilidade pela direita conservadora e reacionária (...) se não levarem em consideração a divisão social das classes, isto é, os conflitos de interesses e de poderes econômico-sociais na sociedade, os manifestantes não compreenderão o campo econômico-político no qual estão se movendo quando imaginam estar agindo fora da política e contra ela. Entre os vários riscos dessa imaginação, convém lembrar aos manifestantes que se situam à esquerda que, se não tiverem autonomia política e se não a defenderem com muita garra, poderão, no Brasil, colocar água no moinho dos mesmos poderes econômicos e políticos que organizaram grandes manifestações de direita na Venezuela, na Bolívia, no Chile, no Peru, no Uruguai e na Argentina. E a mídia, penhorada, agradecerá pelos altos índices de audiência” (Chauí, 2013).
- 10 Como veremos mais ao fim deste texto, a “insurgência” com que Paulo Arantes batiza junho 2013 é uma chave interessante para reconectarmos 2013 ao problema da guerra híbrida, já adiantando que este conceito não está no horizonte dele. Não tenho certeza se ele está pensando – como afirma Alonso sobre ele (2023, p. 11) – que as “Jornadas de Junho” seriam tão herdeiras assim das Jornadas de 1848 e do maio de 1968 franceses, implicando assim no continuum histórico entre uma esquerda “de trás” e a “nova esquerda” de agora. Na entrevista que Arantes dá ao *Aliás* do “Estadão” ele deixa bem claro que a comparação é bem limitada. Diz ele: “O Movimento Passe Livre, como de resto seus congêneres nascidos da galáxia altermundista, sobretudo os descendentes da velha tradição da Ação Direta, discrepa dos movimentos sociais clássicos, para não falar é claro, dos partidos da esquerda histórica, embora seja igualmente temático como os demais movimentos, e obviamente de esquerda. É filho de Chiapas, Seattle, etc., das lutas contra a OMC, Alca & cia. Sua família é por certo a dos autonomistas” (reproduzido aqui: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/27/o-futuro-que-passou/>).
- 11 Vemos também quem afirme que “As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslançada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo” (Singer, 2013, p. 33-34), ou, ao contrário, que “as direitas não precisaram de junho de 2013” (Rocha, 2023).

Há ainda um problema suplementar, que se coloca ao ampliar o contexto de 2013 e da emergência da direita em termos globais na década de 2010. Vemos estes processos associados também pela órbita da crise de 2008, ou mais ampla ainda, do modelo neoliberal, e as respostas globais a ela na forma de grandes movimentos de protesto (“primaveras”, “revoluções coloridas”, “ocupações” etc.) e como estas se desdobraram aqui no Brasil (Safatlek 2022; Nunes, 2022). De certa forma, ao colocar 2013 nesta chave, abriu-se também a possibilidade de se enxergar o “dedo” de um agenciamento exterior, inclusive abrindo a porta para o tipo de teoria da guerra híbrida que se quer evitar. Em outras palavras, a guerra híbrida como hipótese pôde se acoplar como *forma negativa* de um certo processo visto como insurgência global¹². Já para quem assume a hipótese da guerra híbrida, as insurgências globais não passam de uma forma maquiada de efetuação do imperialismo (tomando este como um centro de gravidade do neoliberalismo [p. ex. Mendes, 2023]). Ação e reação vistas de forma simétrica e inversa, uma como forma reacionária da outra. Esta espécie de forma dualista parece ter se tornado inescapável quando o contexto é ampliado em termos de espaço e tempo¹³. Ou seja, dez anos para cá

12 Cabe deixar claro que esta é uma posição que parece bater de frente com a assumida em “Multidão” por Hardt e Negri (2005) – que me parecem oferecer uma matriz explicativa e/ou fonte de inspiração para vários/as autores/as que viram o “ciclo global de insurgência(s)” de forma análoga à noção de uma *multidão* contra a guerra perpétua do *Império*. Evidentemente Hardt e Negri traçaram um quadro bastante semelhante ao que os teóricos militares depois chamariam de “guerra híbrida”, mas não se trata da mesma coisa. Para eles a guerra perpétua ultrapassou o Estado, assim como a possibilidade de reação ao capitalismo. Como o Estado-Nacional passa a um segundo plano na regulação do capital, os polos “povo”/“massa”/“classe trabalhadora” também não cabem mais numa concepção “soberanista”. A *multidão* opera no registro das multiplicidades que não se reduzem às singularidades anteriores, mas nem por isso deixariam de representar uma alternativa ao *Império*. Dito de maneira bem simplista, a noção de *Império* substitui a de imperialismo na medida em que a guerra perpétua entronizou a dimensão totalizante do capitalismo – não há mais o “fora” deste, antes objeto da ação do imperialismo visando a reprodução dos mecanismos de acumulação inicial. De maneira análoga, o capitalismo consagrou a passagem da subsunção formal do trabalho a uma subsunção real, onde/quando todas as dimensões da vida passam a ser objeto de *extração*. A *multidão* seria uma substância em devir capaz de reagir a isso, a partir de uma capacidade dada numa subjetividade “cognitiva”. De certa forma Hardt e Negri ressaltam o caráter auto-organizativo da *multidão*, o que não passa desapercibido do fato de que isso tem um “ar de ressonância” com ideias liberais de auto-organização social (ver para isso a extensa apreciação de Rodrigo Nunes 2023, esp. cap 4 e pp. 183 e ss.). As “novas insurgências” vêm disso, e Negri nunca escondeu seu entusiasmo com elas – apesar de parecer ter recuado um pouco em relação à “velha esquerda” no caso brasileiro (ver A. Negri, [2017]). Uma tese defendida muito recentemente e que só chegou a mim no dia em que envio este artigo para publicação pretende, se entendi direito, fazer as conexões entre Negri e a guerra híbrida remetendo ao caso brasileiro de 2013 (Maíra Nobre, 2023), mas não tenho como apreciar suas mais de 600 páginas agora. Estes pontos serão retomados em alguma medida mais à frente.

13 É verdade que há explicações sobre o debate a respeito de 2013 que passaram pela tangente dessa forma dualista (e ignoraram o que se dizia sobre guerra híbrida, diga-se de passagem). Na perspectiva de um livro recente que pretende enunciar uma tese “múltipla” diante de explicações unidirecionais – e que estão em disputa – também se considera os fatores retroativos a 2003, ano da chegada de Lula à Presidência (Alonso, 2023). Para ela foram 4 as teses principais: “A produção acadêmica, ao seu costume, esquartejou o assunto em nichos. Uns se concentraram nos atores, analisando movimentos

ou para lá, me parece que foi mais ou menos incontornável equacionar forças políticas que, nos termos de Nancy Fraser (2022), operam ou um “progressismo” ou um campo “reacionário”, muitas vezes passando pelas lutas por “reconhecimento”, outras tantas pela reação à “redistribuição” (voltarei a isto).

Este alargamento espacial e temporal não está isento de produzir ruídos e projeções, inclusive vendo aquilo que foi produzido no calor da hora em 2013 produzir efeitos em teses retroativas que se colocam agora. Quando Angela Alonso estava terminando de escrever seu livro (o lançamento foi justamente em junho de 2023), ela destacou em um seminário na Sociologia/UFSCar que a tese do “sequestro e mobilização pela direita”, que reporta sobretudo à interpretação de Marilena Chauí, tornou-se de certa maneira a que estaria se saindo a “vencedora” hoje¹⁴. Mas os debates que aconteceram após junho reacenderam a questão em outros termos, e não vi uma tese vencedora ainda – se é que é para ter alguma.

Recentemente, em um seminário organizado pelo Departamento de Ciência Política da USP¹⁵, a antropóloga Alana Moraes – a quem, me parece, podemos situar naquele campo que Alonso (2023) chamou de “autonomista”¹⁶, isto é, de redes e coletivos que atuaram nas ruas & além –, definiu a questão prática da teoria:

particulares. Teve quem preferisse olhar agendas, sobretudo os transportes e o “direito à cidade”. Houve quem se fixasse no uso das novas mídias ou no modo pelo qual as tradicionais retrataram o protesto. Outros relacionaram o protesto à dinâmica capitalista. As análises circunscritas ao processo político se concentraram na resposta estatal repressiva e nos efeitos pós-junho. Mas as teses servidas a quente, ainda em junho, seguiram o principal do menu: *expectativas crescentes, crise de representação, inovação, sequestro*” (Alonso, 2023: 12; grifos meus). Interessante notar que ela não leva em conta o “nicho” que bem poderia ser chamado de *intervenção externa*, que, como veremos, mobilizou atores em vários campos, do acadêmico ao político, e neste uma pessoa particularmente interessada, Dilma Rousseff.

14 Ver Angela Alonso e Glória Bonelli (2023): <https://www.youtube.com/watch?v=vdaFfGKUdtE>.

15 Seminário Nacional - 10 Anos de Junho de 2013: sentidos, atos, sujeitos e consequências, organizado por Bernardo Ricupero (DCP-USP/Cedec), Jean Tible (DCP-USP), Ronaldo Tadeu de Souza (DCSO-Ufscar/PesquisadorPós-Doc. DCP-USP/Cedec/GPPPC), ocorrido online em junho de 2023.

16 É preciso fazer uma ressalva aqui e dizer que a noção de “campo” me parece bem exótica ao “autonomista”, pelo menos o de Moraes e outros com quem ela pensou a ideia (por exemplo, para citar alguns que transitam pela antropologia, Henrique Parra, Salvador Schalvezon e Jean Tible [este último, com quem, é preciso deixar registrado aqui, guardo uma boa interlocução], coautores de um livro lançado “no calor da hora”, em 2014 (Moraes et al., 2014). Penso que algumas das fontes de inspiração deles são as lutas indígenas e o zapatismo, e referências à etnologia das terras baixas sul-americanas são fartas). Para ela “O que queremos dizer quando dizemos “autonomia”? A ideia de autonomia possui uma contradição intrínseca com a ideia de “organização”? Preferimos pensar que “autonomia” tem mais a ver com um certo campo relacional construído em um determinado momento cujo objetivo é deslocar a situação para fora de um campo de forças centrípetas, forças que agem pela unificação em um centro, uma simplificação e depuração das diferenças, imobilização dos movimentos que traçam tangentes” (Moraes 2018, p. 10-11). Por conta disso, cabe esclarecer que recorri ao modo como Angela Alonso organizou o “campo” apenas para ressaltar um certo caráter agonístico de como as leituras de 2013 mobilizam agenciamentos políticos.

“[Estou/estamos] também refletindo coletivamente sobre formas de organização, composição e recomposição das forças políticas e sociais antes, durante e depois de 2013, e tentando também responder a acusações frequentes de que o levante de 2013 foi responsável pela ascensão das forças conservadoras no Brasil. Ora porque ele teria sido incapaz de impor supostamente uma condução propriamente política para o evento, para o acontecimento, mas agora também porque estava supostamente atrelado a interesses obscuros internacionais e desestabilização do governo do petista. Enfim, *muitas teses paranoicas também e bastante implicadas inclusive com o campo de uma certa teoria política vinculada à ideia de guerra híbrida nesses últimos 2 anos*, e que de certa forma também fizeram um trabalho de seguir criminalizando, acusando, perseguindo, pessoas que atuaram de forma mais ativa nesse momento, e que também já tinham sido duramente perseguidas, expostas, acusadas pelas forças de segurança no pós-2013” (grifos meus)¹⁷.

Este depoimento de certa forma enuncia uma contra-acusação que sugere um campo ainda nada pacificado, e que a retomada das discussões sobre 2013 não só é atual, como atualizou os termos deste conflito.

Outro livro, uma coletânea lançada também em junho de 2023 (Altman e Carlotto, 2023), colocou em 11 capítulos as mesmas tensões que são objeto de análise de Alonso¹⁸. Alguns dos capítulos parecem brigar pela tese “ovo da serpente”, sendo que um deles redobra esta aposta olhando para o campo da “guerra híbrida” (Mendes). Outros capítulos parecem descartar a tese, sendo que um deles se dedica integralmente a desqualificar a ideia de guerra híbrida (Manoel), e outros dois apenas associam de passagem uma noção à outra (Safatle e Carlotto)¹⁹. O seminário que reuniu cerca de 20 pessoas nas mesas (e mais umas outras tanto comentando, organizando e assistindo) da Filosofia/USP parece ter seguido o mesmo caminho – “de quem é a culpa?” –, bem como um número razoável de *lives* produzidas por sites, blogs e canais de esquerda²⁰. Junto com algumas revisões daquilo que podemos chamar de dinâmica interna de 2013, o problema principal passou a ser muito mais o que veio depois, e por onde. O enunciado do “mordomo” foi posto primeiramente num debate mais amplo em canais de esquerda e nas redes sociais, quando

17 Em <https://www.youtube.com/watch?v=3Gz0BUm0y6Q>, a partir dos 4'10”.

18 Que, como colocado acima (nota 13) divide 2013 em 4 campos de discussão: as teses das “expectativas crescentes”, “da crise de representação”, “da inovação política” e do “sequestro e mobilização pela direita”.

19 O capítulo de Altman (2023) não é exatamente hostil ao “ovo”, mas, me parece, encosta mais numa junção entre aquilo que Alonso chamou das “expectativas crescentes”, tomando Singer (2013) (e Ruy Braga [2013]) como base. Em parte, a “redistribuição” da era Lula teria arrojado a classe média (e não o topo) ao mesmo tempo que criado um “final de linha” para os que ascenderam, e não teriam mercado (de trabalho) para realizar seu projeto. Não deixa de ser curioso que o volume organizado pelo mesmo Altman seja no geral crítico a essa tese.

20 Tais como “Opera Mundi”, “Blog da Boitempo”, “Seminários FFLCH/USP”, “A Terra é Redonda”, entre outros.

a questão era a de como o “ovo da serpente” foi chocado, mas se atualizou sob o tema da “guerra híbrida”, como disse, somente depois. *O termo não apareceu em nenhuma análise feita em 2013 e logo após.*

De maneira genérica a ideia de guerra híbrida no Brasil apareceu com algum impacto em um texto de Pepe Escobar de 2016 publicado em blogs de esquerda (Escobar, 2016) e em algumas análises feitas em sites e blogs logo após (entre as quais eu me situo, dentro do Canal Duplo Expresso, junto com o advogado Romulus Maya)²¹, mas em nenhuma delas há menção sobre 2013. Posteriormente Pepe Escobar participou do Duplo Expresso, produzindo análises sobretudo sobre Rússia e China, mas se afastou deste quando intensificou sua parceria com canais notadamente ligados ao PT, como o 247 de Leonardo Attuch. É preciso dizer que o debate sobre guerra híbrida no Brasil desde então assumiu diferentes perspectivas, mas de certa forma volta e meia fica nublado por uma névoa que chega com os ecos de 2013. As redes potencializaram isso (e, como veremos mais ao fim deste ensaio, curiosamente também potencializaram 2013), e aos poucos também se institucionalizou a ideia de 2013 como uma guerra híbrida como uma tese petista. Posteriormente, a guerra híbrida das redes, assumiu também o “papel” nas gráficas (ver, p. ex., Mendes, 2022).

De certa forma os termos colocados nessa nova etapa de análise seguiram um desenho que já se viu antes. Tal como se deu com a tese das “expectativas crescentes” (ou nas palavras de Lula então, “o povo já tem o pão, agora quer a manteiga”), “Difícil saber se primeiro os intelectuais adotaram essa linha e depois a transmitiram ao governo ou se foi o contrário” (Alonso, 2023, p. 10). Notem: estou falando sobre aquilo que *não se escreveu em 2013 e arredores*. Depois, como tese retroativa, a explicação do “ovo da serpente” como caso de guerra híbrida foi colocada especialmente por Dilma Rousseff²² e José Genoíno²³ (ambos em 2021, já um certo tempo depois que a noção de guerra híbrida tinha se espalhado nas redes), a essas alturas ecoando a “tese Korybko”, bem como hipóteses ventiladas por Pepe Escobar através do canal “Brasil 247”²⁴ e algumas outras

21 O Canal, que teve início com um grupo ligado a Romulus (pseudônimo de Romulo Brillo, brasileiro radicado na Suíça e um grande parceiro intelectual meu) se expandiu e abrigou/abriga diferentes perspectivas e interpretações sobre os processos políticos no Brasil. De certa forma eu e Romulus construímos uma interpretação que se aproximou: a de que o consorciamento entre elites jurídicas e militares foi feito sob os parâmetros de uma insurgência estatal (Leirner, 2020b), esta sim tomada, em linguagem militar, como uma guerra híbrida, desencadeada no Brasil de forma plena a partir de 2014.

22 Especialmente em lives. Nesta entrevista ela mobiliza a guerra híbrida para falar do impeachment: <https://pt.org.br/dilma-a-corrosao-da-democracia-comecou-com-o-impeachment/>.

23 Tal como Dilma, especialmente em lives. Aqui nesse artigo pode-se ver como ele mobiliza a noção de guerra híbrida: <https://pt.org.br/artigo-as-ffaa-e-a-democracia-por-jose-genoino/>

24 Ver, por exemplo: https://www.youtube.com/watch?v=Ry9cTGvu_Ho. Não descarto o fato de que talvez a interpretação de certos setores petistas possa ter se abastecido de elementos que eu mesmo

que apareceram por volta de 2020 (ver nota 26). Isso foi, pelo menos, quando o debate atingiu um patamar, digamos, mais público e institucional, pois, como disse, desde 2018 pelo menos a “hipótese da guerra híbrida” já estava bombando na internet (ver figura abaixo²⁵) e foi objeto de pelo menos uma tese de mestrado e alguns poucos livros que fizeram barulho²⁶.

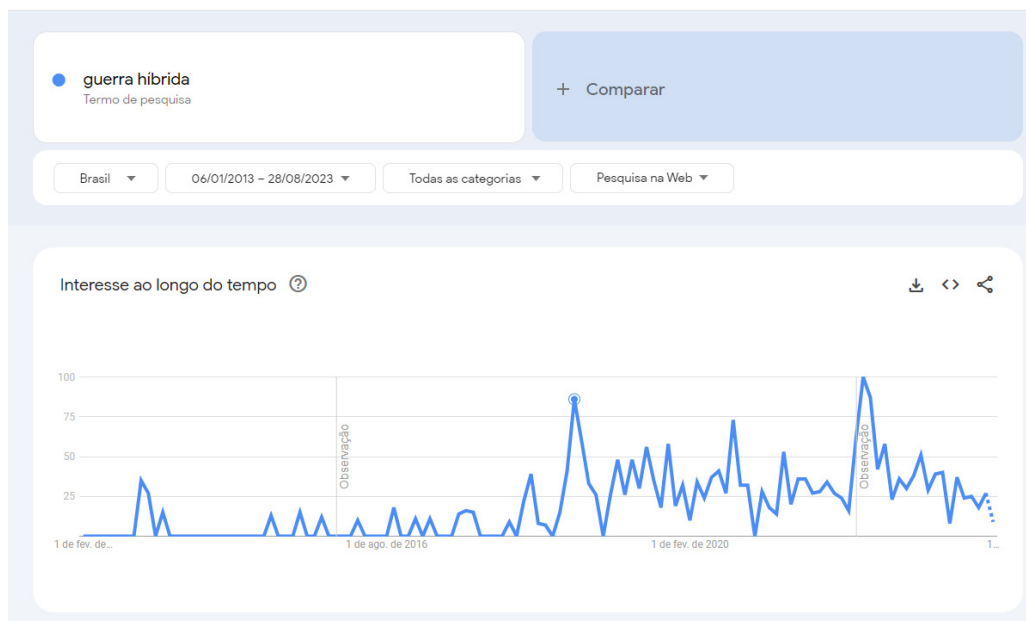


Figura 1.

Fonte: Google Trends (pesquisa do autor)/ Picos: Out/18 e Fev/22.

debati, mas sem adotar nem o centro de minha hipótese nem sua integralidade, que dependem da ideia de que Dilma operou de forma atávica um processo de cismogênese com o consórcio jurídico-militar (voltarei a uma explicação mais detida sobre a *cismogênese*, conceito de G. Bateson central para explicar as doutrinas (pós)modernas da guerra híbrida, cf Leirner 2022). Para Genoíno, por exemplo, cuja linha difere da minha – a guerra híbrida foi parte da estratégia para um golpe em Dilma; para mim parte de algo mais definitivo para o Brasil. O debate com ele ocorreu em mais de uma ocasião. Como exemplo, esta, cujo debate final foi cortado: <https://youtu.be/uJvkrRH-S8Nc>.

- 25 De acordo com uma pesquisa no “Google Trends”, o “pico” e disparada de publicações na internet brasileira com o termo “guerra híbrida” começa em outubro de 2018 – e me parece que a eleição de então foi o indexador. Desde então seu uso passou a ter alguma constância (outro pico foi em fevereiro de 2022, quando o assunto das “urnas eletrônicas” assumiu outro patamar – mas não podemos também descartar que justo nessa época a Google mudou sua metodologia de pesquisa).
- 26 Me refiro aqui apenas aos que realizaram o cruzamento entre “2013 e guerras híbridas” (por isso excluo Leirner 2022 [2020]). Trata-se da dissertação *Neogolpismo e guerra híbrida: geopolítica e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018*, de Mateus Mendes (Mendes 2021, publicada em livro em 2022; que eu tenha visto, a primeira publicação dele no tema data de 2018 - Mendes [Souza] 2018); do livro *Guerra Híbrida Contra o Brasil*, de Ilton Freitas (Freitas 2019); do livro *A guerra contra o Brasil*, de Jessé de Souza (Souza 2020); do livro *Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina* (Penido e Stédile, 2021), que toma 2013 apenas como “balão de ensaio” (p. 150 n. 6).

Tomemos então a caneta de Pepe Escobar em 2016 como um parâmetro para entender o tipo de ideia que depois colou com a tese de Korybko. Esta passagem resume bem a hipótese:

“No manual da Guerra Híbrida, a percepção da influência de uma vasta ‘classe média não-engajada’ é essencial para chegar ao sucesso, de forma que esses não-engajados tornem-se (sic), mais cedo ou mais tarde, contrários a seus líderes políticos. O processo inclui tudo, de ‘apoio à insurgência’ (como na Síria) a ‘ampliação do descontentamento por meio de propaganda e esforços políticos e psicológicos para desacreditar o governo’ (como no Brasil). E conforme cresce a insurreição, cresce também a ‘intensificação da propaganda; e a preparação psicológica da população para a rebelião.’ Esse, em resumo, tem sido o caso brasileiro” (Escobar, 2016).

Embora o foco do artigo de Pepe seja a Lava-Jato e as movimentações da direita, ele deixa claro que a expressão mais decisiva de uma guerra híbrida está na forma “revolução colorida”. Esta foi, digamos assim, a “luz” que orientou o que depois seria colocado como espécie de diretriz para o entendimento do que foi a guerra híbrida no Brasil na sua aplicação retroativa a 2013²⁷.

Uma questão é se a tese do “ovo da serpente” se sustenta ao pavimentá-la com a noção de guerra híbrida – que, não custa repetir, é um termo exógeno e a posteriori às interpretações que ocorreram no calor da hora. Sendo assim, também é preciso se perguntar duas outras coisas para começar a pensar em responder: 1) por que a guerra híbrida foi utilizada? 2) Por que para desmontar a tese que a vincula ao “ovo” foi preciso ridicularizá-la como se fosse uma espécie de “teoria da conspiração” ou “embuste intelectual”?²⁸.

27 Ao mesmo tempo, em 2016, Pedro Marin também colocava sua estranheza nos movimentos de então frente à possibilidade de uma “revolução colorida” (Marin, 2016). É preciso dizer, contudo, que esta tese “não evoluiu”: posteriormente, ainda em 2019, Marin – que assumiu uma posição de destaque na reflexão sobre o papel dos militares no jornalismo alternativo (ele é editor da Revista Opera) – elaborou uma crítica sobre a noção de guerra híbrida (calcada, entre outros aspectos, na ideia de que ela pode ser dissolvida à luz de outras teorias/autores, como Clausewitz) que, me parece, repercutiu em autores que volta e meia vinculam a noção de guerra híbrida como um *modismo* (p. ex. Manoel, 2023).

28 Este é o caso que aparece, por exemplo, de forma mais direta nos artigos de Manoel (2023), e mais indireta ou pontual em Safatle (2023) e no livro de Nunes (2022). De forma mais detalhada, penso, por exemplo, na guerra híbrida como objeto de análise em dois artigos que a situam ora como panfleto político (Medeiros, 2020), ora como uma espécie de “enlatado pronto para consumir” cuja função aqui foi permitir “tanto condenar manifestações não-aparelhadas, em pleno mandato do partido que se coloca à esquerda, como irresponsáveis e manipuláveis; quanto inocentá-lo de todas as culpas e vacilos que haviam contribuído para fermentar os protestos em primeiro lugar” (Cava, 2022, retomando Medeiros). Me parece que tanto Jonas Medeiros quanto Bruno Cava são entusiastas das potencialidades de 2013, seja do que elas trazem para a esquerda, seja para o protagonismo de uma espécie de “multidão”, e assim parecem ter se preocupado em tratar do assunto “guerra híbrida” justamente visando uma defesa indireta do legado que 2013 deixou, embora não seja possível afirmar isso com todas as letras. Evidentemente posso estar errado quanto às suas motivações, já que não conversei nem com um,

De certa maneira, vejo que isto em parte se deveu a um problema político que está embutido na teoria. De forma geral, trata-se de levar pouco a sério teorias e práticas do mundo militar e seus modos de intervenção no mundo. E isso se dá em duas direções (não necessariamente excludentes): ou bem militares e máquinas de guerra são só dispositivos de outros agentes/agenciamentos com uma “ontologia real”, ou bem são agentes ocultos que só aparecem quando revestidos de formas expostas à luz do dia. Vou aqui reiterar que a questão da conexão entre 2013 e guerra híbrida sofreu uma combinação desta forma negativa reduzida e uma teoria da agência oculta, i.é, não haveria a teoria do “ovo externo” sem sua contraparte da “hipótese do ciclo de insurgência global”: uma anda de mãos dadas com a outra.

2013: ação, reação e revolução

Para Vladimir Safatle,

“depois de 2013, a esquerda brasileira tornou-se basicamente uma força reativa que responde desesperadamente à capacidade de constituir agenda política e pautar mobilização popular de extrema direita (...) se tornou gestora do pânico social (...). O ano de 2013 é um divisor de águas do que restou da esquerda brasileira. Há quem enxergue nessa sequência de manifestações populares apenas um setor avançado da dita ‘guerra híbrida’. Não seria por outra razão que, a partir de 2013, veríamos a consolidação fulminante da extrema direita como força política principal do país (...). Contra esses autores [que ele não elenca], seria o caso de insistir que 2013, como acontecimento, porta uma questão que toda teoria da ação revolucionária deveria ser capaz de pensar – a saber, como uma revolta popular se degrada em movimento de restauração conservadora? Como forças transformadoras são transmutadas em processos de regressão social? A questão – e essa é sua ironia – nem sequer é nova. Ela está no fundamento de um texto como o *18 de brumário de Luís Bonaparte* (...). Toda teoria da ação revolucionária é, ao mesmo tempo, uma teoria das contradições imanentes da vida social, de seu potencial de transformação revolucionária, e uma teoria dos processos de reação e das inversões entre revolução e reação, uma teoria das contrarrevoluções. Deveríamos ter isso em mente ao analisarmos 2013” (Safatle, 2023, p. 97-98).

nem com outro (adicionando aqui o fato de que Bruno Cava, além de intelectual atuando em redes “autonomistas” como a “Universidade Nômade”, também é Tenente-Coronel da Força Aérea Brasileira, e suas leituras podem levar em conta o que se discute neste contexto). Cabe deixar claro que ambos se posicionam sobre “lutas globais” (vide o problema ter sido elencado especialmente por conta de Putin/Rússia para depois vazar para 2013), e não direcionam sua problematização da guerra híbrida apenas para ressaltar uma posição de antagonismo à certas teses petistas, ainda que vejamos uma coincidência dessas críticas aparecerem justamente quando Dilma, Genoíno e outros do campo petista começaram a levantar essa bola...

Vejamos o que está sendo considerado como contrarrevolução. Volto ao entendimento de Safatle (2022), por imaginar que em alguma medida ele pisa num solo comum a mais gente (por exemplo, Nunes 2023, para quem o “ciclo de lutas” iniciado em 2011 guardaria uma “promessa inicial”, cf. p. 13). Com especial atenção a maio de 1968 (mas não só, ele mostra isso como uma dinâmica geral do capitalismo), “ele [1968] mostrou como as formas de regulação da classe trabalhadora não foram capazes de impedir revoltas nos países centrais, revoltas estas que visavam o caráter disciplinar desse mesmo Estado-providência outrora visto como o modelo perfeito de gestão social” (p. 30). Apoiado nas análises da Escola de Frankfurt, Safatle vê a reação a 68 como uma espécie de sequestro de algumas das teses defendidas na revolta estudantil – “ideais de flexibilidade, de fim do emprego, de crítica do Estado, de aumento da capacidade individual de decisão” (p. 34) – subtraídas da crítica social ao capitalismo. E em um movimento, se entendi bem, ao mesmo tempo contrarrevolucionário e preventivo, o *neoliberalismo* destrói moralmente, e sobretudo psicologicamente, uma certa *coragem revolucionária*, talvez o impulso libidinal à revolução. A *prevenção* é selada de vez depois de 11 de setembro de 2001, quando se coloca o “uso da insegurança e do medo como afetos políticos centrais” (p. 39)²⁹. A partir daí o neoliberalismo enterra de vez as saídas conciliatórias que visavam um certo capitalismo de Estado e mecanismos regulatórios para a luta de classes: “*depois de abandonar a noção de revolução, a esquerda abandonou até mesmo o horizonte de reformas*” (p. 45; grifo do autor). O que sobrou então? Para a esquerda tradicional, apoiar-se em *políticas de reconhecimento* (de identidades); para uma esquerda insurgente, então, transformar isto em *lutas por reconhecimento*, que, para Safatle, “são um desdobramento necessário e decisivo da luta de classe. Tais lutas são figuras da luta de classe” (p. 47). Sendo assim, a “*contrainsurgência*” (nos termos de Arantes, 2021 [2014]) pós-2010 seria mais um “*level-up*” preventivo ao retorno da expressão da luta de classes via lutas por reconhecimento.

Então temos um problema, que é como a guerra híbrida pode entrar nisso. É verdade que a associação entre guerra híbrida e revolução colorida partiu, digamos, da vertente russa – trata-se da teoria do General Valery Gerasimov, concebida em cerca de 2012 e incorporada na doutrina militar russa logo depois³⁰, e que ganhou repercussão editorial com o livro de Korybko. Na sua versão, as guerras híbridas justamente se realizam através do uso de “*pautas identitárias*” visando justamente desestabilizar o único regime (eurasiano) que impõe alguma resistência a um ponto central do neoliberalismo que é a

29 Cabe aqui lembrar que isto é uma construção que vem de antes: pelo menos desde 1947 e o terror nuclear instituindo qualquer lugar do “mundo como alvo”, na feliz expressão de Arantes (2019). Foi por aí que os militares começaram a expandir as fronteiras do “monopólio” weberiano para participar do cotidiano de uma sociedade assentada na paranoia.

30 Para maiores informações, ver Leirner (2022, p. 179 e ss.).

desregulação do fluxo de capitais ociosos (i.é, financeiros), ao mesmo tempo que toma o Estado como protagonista na regulação dos papéis de produção (ou seja, dos mecanismos de redistribuição) e de reconhecimento (ou seja, dos mecanismos culturais associados à identidade). Este anteparo toma a China como base econômica e a Rússia como base política em contraposição ao “cerco da OTAN”, entendendo que a China tem um projeto de socialismo nascente e a Rússia tem um anti-atlanticismo latente, e ambos se completariam em nível estratégico.

Para quem vê o neoliberalismo como reação contra-insurgente, somando A + B, a leitura de que esta seria mais uma linha de supressão do agenciamento popular na luta de classes torna-se praticamente inevitável, pois trata-se mesmo de incrementar a escala do capitalismo a “taxas chinesas” e ao mesmo tempo reprimir movimentos negros, LGBTQIAP+, indígenas, e a Rússia, afinal, está aí para mostrar a que veio. Essa é a extensão ad hoc do argumento de que no fundo Rússia e China são só mais duas peças do “neoliberalismo regressivo” (nos termos de N. Fraser, [2022]), isto é, xenófobo e populista na mesma medida de um Trump, por exemplo. É verdade que Safatle alerta para o fato de que se há algo na luta contra-hegemônica “que se desdobra no seio do campo hegemônico da cultura no capitalismo, a saber, a indústria cultural, é porque há efetivamente o risco de domesticação das lutas” (Safatle, 2022, p. 49). Mais uma vez, revolução e contrarrevolução preventiva.

No entanto, gostaria de pelo menos jogar na mesa o problema que concerne, novamente, ao espaço e tempo e suas projeções e retroprojeções. É preciso se perguntar se essas dimensões, andando juntas, são totalizantes a ponto de transformar cada acontecimento em um eco dessa “teoria geral”. Por isso, antes até, também se perguntar de onde essas novas lutas saíram como modelo e qual foi a sequência dos “acontecimentos”. Há quem diga que não existiu tal coisa como um *modelo* – especialmente no caso brasileiro –, que cada caso seguiu uma rota (Moraes et al., 2014, p. 18 e ss.). Mesmo assim, quase ninguém descarta dizer que se trata de *um ciclo* de acontecimentos, e assim, colocá-los de forma unificada enquanto respostas a uma mesma coisa. Não é à toa que se recorre ao maio de 68.

Só que além deste, e muito mais intensivamente violentas, as rebeliões e insurreições negras nos EUA – que, não podemos esquecer, é quem comanda com seu satélite inglês o movimento de “takeover and deploy” neoliberal – já vinham acontecendo desde o começo dos anos 1960. Ao mesmo tempo, não é possível deixar de lado a sombra da Revolução Cubana ali do lado e os fantasmas que ela ressuscitava do Haiti, isto em um cenário onde desde os anos 1950, com a Guerra Fria, domesticamente já não existia mais sobra de comunismo nos EUA. Barrar a universalização do movimento negro com adesão

a um outro que superasse a identidade racial foi, assim, um continuum do movimento pós-Guerra³¹. Então, em certo sentido, numa duração de 50 anos, abrindo aos poucos a válvula da panela de pressão, se produziu “a redução da desigualdade à meritocracia (...). O programa neoliberal progressista para uma ordem ‘mais justa’ não visa abolir a hierarquia social, mas ‘diversificá-la’, ‘empoderar’ mulheres ‘talentosas’, pessoas de cor [aqui há nota do tradutor Gabriel Fazzio: trata-se do termo aceito nos EUA pelo Movimento Negro] e minorias sexuais para que chegassem ao topo” (Fraser, 2022, p. 42). Além da domesticação que falou Safatle, me parece que a própria noção de *representação diversificada no topo*, ao mesmo tempo que universaliza este – tornando-o “multicultural” –, redobra a aposta na hierarquia quando institui a ideia do “topo me representa”, o que na luta de classes só pode derivar em fragmentação da base. As coisas então assumem uma forma paradoxal, quando a resposta multitudinal à opressão do topo resulta em demandar sua diversificação *antes* de pedir sua extinção.

Mas voltemos então ao problema que nos atina. Muito longe de Paris, e algum tempo depois, o que chegou como “luta identitária” pelo mundo é muito mais o que veio dos EUA neoliberal do que aquilo que Cuba produziu ao enxotar a África do Sul e seu regime de Apartheid de Angola e da Namíbia – regime absolutamente apoiado pelos EUA, diga-se de passagem. Antes que me digam que “não preciso ser tão dualista assim” – e é verdade –, cabe lembrar, usando o exemplo local, que desde a sua fundação o PT tinha em cada Diretório os núcleos “negro”, “mulher”, “sindical”, etc., mas tudo isso encontrava-se *englobado* na unidade do Partido. Há uma diferença em se dizer que a luta negra, feminista etc., correm junto com esta unidade – forjada em tese na luta de classes – e se dizer que tais lutas, baseadas antes na identidade (e assim na “substância”) que na relação (e assim no “sistema”), podem ser um decalque da luta de classes. Isto sem falar na luta indígena, que tem assumido um lugar privilegiado nos modelos ditos “horizontalistas”, mas que institui um ponto completamente problemático à análise, pois a rigor o mundo que ela representa ocorre *apesar* da luta de classes e do capitalismo, e não pode simplesmente brotar como uma contradição interna aos seus termos. Estes, vamos dizer assim, são problemas para se pensar as lutas – sua continuidade ou descontinuidade com a luta de classes, e, portanto,

31 É interessante ver como isto também se refletiu parcialmente nos protestos contra a guerra no Vietnã, especialmente a célebre Marcha do Pentágono de 1967, que marcou uma divergência entre novos e velhos movimentos sociais, conforme diz Pablo Ortellado: “De um lado, o ato tradicional com oradores pelo fim da guerra contra o Vietnã, organizado pelo Comitê Nacional de Mobilização; de outro, a tentativa de fazer o Pentágono levantar com milhares de pessoas entoando o mantra ‘OM’, organizada por Jerry Rubin, Abbie Hoffman e Allen Ginsberg”. (Ortellado, 2013, p. 229). Como ele mesmo complementa sobre esse “novo movimento”, a mobilização estava na performance contracultural, além da “potência processual de pura e simples diversão” (Idem, *ibid.*). Ao final deste ensaio voltarei ao tema do processo sobre o objetivo como consequência da *rede*. Por enquanto, vale lembrar que protagonistas dos processos do “atual ciclo” identificam na alegria uma resistência à opressão (cf. Tible, 2023).

com a possibilidade de uma revolução e o engendramento de uma contrarrevolução – em termos do *tempo em relação ao espaço*.

Mas ainda há um outro ponto que me parece igualmente problemático, que é o *espaço em relação ao tempo*: me pergunto se dizer que Occupy, Primaveraes Árabes, Plaza del Sol, Brasil-2013, Gillets Jaunes, Santiago etc. são manifestações do mesmo acontecimento não seria tão estranho a cada um quanto dizer que tudo isso não passa de uma mesma sequência planejada pelo Pentágono, só que com os sinais positivos de um agenciamento criativo popular. É necessária aí, no primeiro caso, uma manobra filosófica para *deduzir* que se trata da mesma insurreição causada pelo mesmo movimento de recusa ao confisco neoliberal. O problema é que para essa insurreição ocorrer foi preciso antes pensar nesse movimento neoliberal como a outra reação (a anterior, “68”), e assim para trás.

Sendo assim, o neoliberalismo é também uma arma política, que, como dizem alguns, pressupõe a ativação de “células do medo”. Para isto ocorrer ele necessita de algum nível de agenciamento³², não pode ser somente um desdobramento de contradições que vivem no éter, mas também não pode ser – pela própria característica dialética da luta de classes – fruto de uma reunião numa sala secreta em Davos. Ainda assim, mesmo sendo arma política de um interesse econômico, me parece insuficiente apostar que o Estado seja apenas uma correia de transmissão dos interesses da finança internacional na forma de um cálculo. Há uma questão *da agência* nesses processos mais complicada, que inclui o fato de que o Estado é habitado por gente com interesse próprio³³. E isso pode incluir na ecologia neoliberal encontros como o(s) da [máquina de] guerra e capital (cf. Allié e Lazaratto, 2021), problematizando os pressupostos sociológicos de uma espécie de purificação econômica da luta de classes que toma a guerra apenas na sua dimensão “just business”³⁴.

32 *Medo e tristeza* que alguns entendem que o ciclo de protestos subverteu, numa chave espinozista-deleuziana (ver por exemplo a seção *Alegria* no texto de Tible [2023]).

33 Aqui também que vejo uma questão complicada em relação à certa “espontaneidade” tanto dos agenciamentos capitalistas quanto das contraefetuações multitudinais de Hardt e Negri [2005]). Estendendo o ponto às insurgências, cabe se perguntar por que mesmo com aquilo que eles consideram ser um “bypass” no Estado elas sempre se voltam em relação a este ou a sua face aberta à visitação pública, o Governo. Mesmo pensando na metrópole e suas ocupações como o locus do rentismo, tudo ainda aparece de forma muito difusa e etérea – incluindo quebrar vitrines de concessionárias de automóveis e portas de bancos. O mesmo pode ser dito de ataques ditos “terroristas”: raramente chegam às instalações militares e aos datacentes do sistema financeiro. O caso do Pentágono no 11 de setembro de 2001 permanece um mistério completo, inclusive com o apagamento seletivo do fato na memória sobre o acontecimento.

34 Em “A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral” (Safatle, 2021) a conexão entre economistas, políticos e tecnocratas e o “mercado” (isto é, o capital) é bem explorada e fica claro o traçado comum entre um vocabulário psicologizante e a proposta de gestão da vida em termos morais como última fatura da economia neoliberal. Ainda que Safatle aproxime toda essa parafernália ao “Estado total” Schmittiano – na conjunção entre liberalismo

E assim fico na dúvida do porquê tantas críticas interessantes que vinculam a guerra ao neoliberalismo não levarem em consideração que este pode ter sido um movimento também de *encontro* entre “agências econômicas” e “agências militares”, antes de tomar as segundas apenas como ecos das primeiras. Não custa lembrar que há na antropologia um debate que vai aos princípios da relação entre transações econômicas, políticas, parentesco e guerra ao retomar a recusa da ideia de “guerra como troca que falhou” (cf. Clastres [2004] contra Lévi-Strauss), e que isto se desenvolveu na noção de guerra *como* relação social (Fausto, 2014). Isto vem encontrando, pelo menos desde a década de 1970, respaldo em evidências arqueológicas que mostram que estruturas de tipo estatal (aglomerações urbanas com hierarquia baseada na divisão chefe + sacerdote/povo, surgimento da especialização de corpo de caçadores/guerreiros) emergiram antes da propriedade da terra e produziram um protoplasma de hierarquia no plano doméstico (cf Hodder, 1990; Scott 2017; Graeber e Wengrow, 2022). Talvez a intuição de Clastres, de um Estado *produtor da luta de classes já na sua origem* (e não seu produto) tenha eco naquilo que se encontrou sobre o que existiu antes das “civilizações hidráulicas”, e nos faça repensar que a guerra (e seus dispositivos, relações e formas sociais), nesse sentido, produz agenciamentos, se não anteriores, pelo menos simultâneos, às operações econômicas, linguísticas, familiares etc. Entre outras vantagens analíticas, tomar um certo agenciamento próprio das forças estatais (bem como das ações e reações atadas a elas) nos livra do problema das diferentes respostas e efeitos para um neoliberalismo globalizante, transnacional e pasteurizado (ver complemento a esta discussão nas notas 36 e 37, abaixo).

Talvez então isso explique em parte porque as respostas locais para o mesmo tipo de contágio em lugares que ocupam posições absolutamente assimétricas no capitalismo global foram realizadas *por motivos completamente diferentes*. Ainda que uma ideia como a de *multidão* de Hardt e Negri (2005) procure contemplar justamente isto, enfatizando que a contraefetuação do neoliberalismo virá de uma força de transformação que

e fascismo, e que ficou particularmente clara na experiência neoliberal do Chile pós-Allende – é notável que ele não mire também a aproximação entre neoliberais “austríacos”, teoria dos jogos, desta com a psiquiatria de Ronald Laing (sem falar nos computadores baseados em Carl Rogers) e a cibernética, desta com Bateson e a sua teoria aplicada pela Força Aérea na construção de sistemas de manipulação da percepção, e, finalmente, de gerentes saídos dos cartões perfurados da Ford para uma econometria dos bombardeios no Japão e Vietnã, como é o caso de Robert McNamara, toda ela ocorrida sob o guarda-chuva da RAND Corporation, e, assim, da máquina de guerra norte-americana. Nesse sentido, quando Safatle diz que o horizonte tratado nos anos 1930, de um Estado “capaz de despolitizar a sociedade, tendo força suficiente para intervir politicamente na luta de classes, eliminar as forças de sedição a fim de permitir a liberação da economia de seus pretensos entraves sociais” (Safatle, 2021, p. 22), me pergunto que outra força seria capaz de produzir essa capacidade de desagregação do *socius* senão a própria guerra – e seus operadores. Voltarei a isto, já adiantando que vejo em Arantes (2019) uma aproximação entre neoliberalismo e máquina de guerra que resolve o problema.

integre a diversidade (e onde as diferenças são fundamentais), creio que há algo a ser problematizado (1) quando se pensa na *forma de mobilização ou contágio* que aciona essas forças e (2) quando ocorre seu movimento de totalização em direção a uma única ação política, “entre um presente que já está morto e um futuro que já nasceu (...) como uma flecha para esse futuro vivo” (Idem, *ibid*, p. 447). Se há “um ponto de vista desde onde seria possível totalizar o movimento histórico de modo a julgar, a sua luz, cada coisa que acontece” (Nunes, 2017, p. 132), é preciso ver se (i) este lugar brota espontaneamente ou (ii) se o sujeito não está afinal de contas numa transcendência hipostasiada (nesse sentido ver as interessantes considerações de Rodrigo Nunes, 2017, p. 130 e ss.).

Não é minha intenção aqui estender a discussão sobre a noção de multidão Hardt e Negri – ainda que tenha gente que diga que o conceito agiu sobre a própria multidão –, contudo há algo que julgo atravessar a mecânica do contágio à Gabriel Tarde e que diz respeito à própria diversidade dos movimentos, mesmo se tomarmos apenas o próprio caso brasileiro como referência. Uma pequena luz etnográfica é suficiente para mostrar que a diversidade estava mais para individualidade, e que a “flecha” foi a retroalimentação do self nas redes sociais somada à dispersão daqueles que efetivamente estavam questionando o lugar do neoliberalismo. Some-se a isto o fato de que se havia uma negatividade comum ali, ela estava em um Estado que poderia ser tanto tomada pela sanha “minimalista” liberal quanto pelo desejo abolicionista de inspiração etnológica (vou voltar a estes pontos no item “Ovos, serpentes e galinhas”, abaixo). No mais, a excessiva confiança no papel da internet – junto com aquilo que Hardt e Negri chamam de “força de trabalho cognitiva” – dão o pano para a manga necessário para voltarmos à estaca zero, e no final indagar, como fazem os tributários da “fórmula Korybko”, se afinal de contas não houve um certo direcionamento de forças que não temos o controle...

Assim, a resposta sequencial à crise neoliberal, a ideia que há “reações *em cadeia* ao capitalismo global” igualmente globalizadas, não abriria a brecha para se dizer que “há agenciamentos da CIA pelos 4 cantos”? Sendo as ações veladas desse tipo de agência estão mais bem documentadas do que a potência desejante da multidão, fica a dúvida. Mas não precisamos voltar ao binarismo. O problema é ser tudo ou nada na chave do ou é um, ou o outro, e isto se tornar um mecanismo de acusação recíproca. Se assim ficamos, então o problema é só girar a chave comutadora do “sistema mundial” para ver quem o coordena e quem o condena, se o Clube de Bilderberg e/ou a CIA, e as contrapartidas, o Partido de Massas e/ou as Zonas Autônomas. O mais provável talvez seja de tudo um pouco, e mais algumas coisas ainda.

Me parece que essa troca de acusações olha para dois lados e vê uma coisa só, só que de formas invertidas. Há pelo menos dois problemas nas duas posições. De um lado, ainda que seja – hoje especialmente – evidente que uma série de “aparelhos ideológicos do [Departamento de] Estado” norte-americano (sobretudo, mas não só)³⁵ atuam e atuaram financiando movimentos que estavam antes, durante e depois de 2013 protagonizando uma “onda de protestos”, não é suficiente para dizer que 2013 foi integralmente resultado desse agenciamento. Além disso, financiar algo não garante que se produza os efeitos desejados. Há, assim, outros elementos que tornam essas (supostas) cadeias de eventos (não só no Brasil) mais complexas e mais completas do que o jogo de causa e efeito produzido pelo “Deep State” com suas redes de intermediários e os nativos de quatro cantos do mundo. De outro lado, alegar que a guerra híbrida é a expressão burguesa – e ideológica – subtraída do grande jogo da luta de classes é igualmente redutor e inespecífico: guerras podem ser analisadas na “sua própria ontologia”, isto é, nas relações que elas engendram e nas outras que elas terminam. Nesse sentido, para pensar a guerra híbrida, há que se levar em conta uma circunstância *sui generis* de fusão contemporânea das máquinas de guerra³⁶,

35 Para citar alguns: Atlas Network, USAID, NED (National Endowment for Democracy), Fundação Ford, Cato Institute, Open Society, Purpose Agency, Luminate, ligados aqui, por exemplo, ao Instituto Millenium, Instituto Liberal, Estudantes para o Brasil, Instituto Mises, Instituto FHC, Rio Vivo, Anonymous Brazil e muitos outros. Essas redes são umas mais novas, outras não; há quem financie e forneça “tecnologia de organização” tanto para movimentos de direita quanto de esquerda, numa típica estratégia de pinça. E essas relações não são exclusivamente dirigidas a movimentos sociais: esse tipo de ação ocorre no mundo acadêmico, a meu ver, de forma muito mais intensiva. Ver, nesse sentido, Bourdieu e Wacquant (2002); Saunders (2008). Nesse ponto, se a guerra híbrida for isso, então essa história de fato acontece há mais tempo do que se imagina. Dito isso, já adianto que do meu ponto de vista essa parafernália no máximo pode ser colocada como uma dimensão tática da guerra híbrida, e, portanto, passa longe de defini-la.

36 Aproximo aqui esta noção – ainda que com claras limitações – à de “máquinas de guerra” de Deleuze e Guattari, com toda ciência de que eles fazem uma separação entre estas e “instituição militar”, isto é, entre a forma nômade e por excelência selvagem – num sentido próximo ao clastreano – e aquela que foi capturada pelo Estado e se torna a “continuação da política por outros meios”, recuperando Clausewitz (Deleuze e Guattari, 1997). Uma boa pista, aliás, já pode ser lida em Foucault, como aponta o ótimo posfácio de Yasmin Teixeira à *Guerra e Capital* de Alliez e Lazzarato: “Como apontam Alliez e Lazzarato, essa inversão pressupõe que a política não possa mais ser compreendida apenas como um exercício da vontade do Estado e que a guerra tampouco possa ser reduzida a um instrumento acionado exclusivamente por meio de uma instituição militar. A política é o campo constituído pelo jogo das relações de força que produzem as formas sociais instituídas, e a guerra, por sua vez, passa a ser concebida como matriz analítica dessas relações – ‘a própria nudez das relações de força’. Essa matriz de guerra continua a sustentar uma conflitualidade subjacente à paz civil que engloba as instituições e os dispositivos de poder individuados” (Teixeira, 2021, p. 433). Ainda assim, prefiro apontar justamente para o que o conceito de Máquina de Guerra ilumina nessa nova situação: a de que esta “máquina” não funciona somente de dia, não é totalmente fixa nem integralmente estatal, e se pretende tão nômade quanto o capital financeiro que fica girando de ilha em ilha pelo mundo (ou, nas palavras de Alliez e Lazaratto, “desterritorializado”). Aponto para isso também com alguma ciência de que a simbiose entre produção e destruição tem uma função na regulação do excedente capitalista, na produção de um sistema de dívidas que levam para o infinito e na dependência do imperialismo que ao mesmo tempo dá lastro a essas dívidas em dólar e produz guerras no mundo todo (cf. Alliez e Lazzarato,

informacionais e financeiras que produziram uma indistinção de interesses entre atores militares, big-techs e rentismo, que provocam as categorias “burguesia” e “aparato estatal” a serem repensadas, para dizer o mínimo³⁷.

Isso é completamente diferente de dizer, por exemplo, que “desde sempre” a guerra – e os guerreiros (amplo sentido, isso vai além de quem tem um uniforme), o Estado – são tão e somente uma (sub)função do capital (cf discussão de Clastres e Lévi-Strauss, acima; para uma re colocação de Clastres no problema da organização e da representação, ver Nunes, 2023, p. 242 e ss.). Foi questão de tempo para que a concorrência no topo, de tipo liberal, mas em uma guerra de aquisição que começou com a concorrência interestatal produzindo acumulação de capital como bem demonstrou Tilly (1996), também produzisse suas alianças fora do campo puramente econômico (daí realmente só acredita na ficção liberal-mercadológica quem quer). Ou seja, não é exatamente o capitalismo que toma de empréstimo a lógica da guerra e a transfere para a concorrência liberal; é o campo da guerra que hipostasia um interesse próprio e acaba entrando como sócio-parasita do

2021; ver também nota seguinte). Em certo sentido, a guerra híbrida é a certidão de nascimento da consciência militar de que as coisas funcionam assim (sendo que o documento levou alguns anos para ser lavrado, mas isso não faz muita diferença afinal), e a aproximação que o inventor do conceito de “guerra híbrida” faz às “guerras selvagens” é só mais um elemento para pensarmos o quanto exércitos andam se “desestatizando” nas suas múltiplas imbricações de “acesso restrito” (Hoffman, 2007). No mais, tal como o capital, qualquer exército também se apresenta em forma dual: “um aberto à visitação pública e operando mais ou menos às claras, o outro operando na sombra — da guerra, precisamente —, secreto e autoritário, em estado de guerra permanente e intervenções encobertas recorrentes” (cf. Arantes, 2019, p. 49).

- 37 Não tenho a intenção nem a competência para retomar aqui todo um problema que concerne à discussão sobre a função do Estado e das guerras no imperialismo como suplemento necessário aos impasses que a “reprodução ampliada” do Capital tem na relação dialógica entre trabalhadores e burguesia (especialmente nas sociedades que já superaram a acumulação primitiva e demandaram a extração de mais-valia nos 4 cantos do mundo), e estou ciente de que muita tinta rolou sobre as relações entre acumulação primitiva e imperialismo e de como se deve ler o Livro III de O Capital. Ou mesmo se foi o final do imperialismo e o começo do Império, como inauguraram Hardt e Negri (2005). Ainda que esta seja a “dimensão econômica” da “dimensão material” desta etapa (uns dirão superior) do capitalismo, me parece que não é suficiente para entender todos os enquadramentos de como certos agentes, especialmente de Estado, tornaram-se sócios desse empreendimento, antes mesmo de meros gerentes ou gestores dele. Me aproximo parcialmente à leitura de Alliez e Lazzarato (2021) sobre este processo, ainda que não veja, como me parece ser o caso deles, que guerras e capital sejam máquinas que se acoplaram “por sociedade” em alguma hora. O processo envolveu mais parasitismo do que simbiose, se me permitem a metáfora. Para se ter noção como esta é uma relação com tensões que remontam a hipóteses anteriores ao capitalismo, sigo aqui uma pista aberta por Clastres (2004) na sua leitura de Marx: não há sequência lógica entre guerra, Estado e economia, tudo eclode ao mesmo tempo. Isso talvez implique em recondicionarmos nossas percepções dualistas de classe também para analisar o contexto atual. Ver, nesse sentido, a ideia de Cédric Durand (2020) de “tecnofeudalismo” como regime de apropriação de massas globais da mais-valia através de uma lógica predatória do “capitalismo de vigilância” (cf. Zuboff, 2021). Para Morozov o “tecnofeudalismo” de Durand recoloca problemas antes levantados a partir das noções de espoliação de David Harvey e parasitismo como fenômeno do “imperialismo” tal como concebido por Lenin. Sobre as críticas de Morozov à “razão tecnofeudal” (Morozov, 2022), ver também a resposta de Dean (2022).

capital. Evidentemente uma perspectiva de “quem veio antes, o ovo ou a galinha” pode ser feita a esta formulação, e um certo marxismo pode sempre responder que, afinal, tudo isso é do jogo do capital desde seu início, e o Estado não passa de um aparelho a seu serviço.

Mas exemplos na história não faltam para fenômenos em que o feitiço toma conta do feiticeiro – e uso “feitiço” inspirado aqui na célebre história narrada por Franz Boas e retomada por Lévi-Strauss, de um cético que ao pretender desmascarar o xamanismo, acaba por produzir curas cada vez mais eficazes, até o momento em que se consolida como um grande xamã – sem jamais revelar se acredita ou não no que faz (Lévi-Strauss, 2003b). No mais, são toneladas de análises mostrando que as maquinações do campo da guerra sempre produziram incursões em outras esferas da vida, aquém e além do capitalismo do século XX – e não seria diferente que mais hora menos hora procurassem tomar conta do Estado, e depois do capital (Alliez e Lazzarato, 2021).

Isso nos leva a um problema suplementar: se há algum fundamento em se pensar a guerra híbrida em situações como as de 2013 no Brasil, isso só pode ter algum sentido se tomarmos ela dentro de um plano global de articulação da máquina de guerra com o neoliberalismo – e isso definitivamente não foi feito por ninguém que analisou o caso brasileiro, pelo menos até onde pude perceber. Ao mesmo tempo, a “revolução contraefetuada” poderia contemplar a noção de que os movimentos que dizem respeito à dinâmica da luta de classes estão capturados pela forma de “insurgência versus contrainsurgência”, o que de fato vi aparecer na leitura que Arantes (2021 [2014]). No entanto, ao contrário da “paz total” que ele vê na ação contraefetuada do Estado, entendo que a guerra híbrida institui a dinâmica da “guerra total” na vida social³⁸. Nesse caso, minha hipótese é que essa dinâmica só foi elaborada usando os mecanismos da guerra híbrida depois de 2013.

As ligações 2013-2018 e/ou 2018-2013

Há quem veja nisso um sinal de lapso de hegemonia no neoliberalismo e com uma crise aguda do capitalismo pós-2008 (Fraser, 2022), elementos que de certa

38 Interessante notar que Bruno Cava colocou a guerra híbrida no horizonte de Paulo Arantes: “Um marxista heterodoxo, mas ainda com um grão antiamericano, intitulou em 2014 um artigo marcante: ‘Depois de Junho a paz será total’. É que, com a importação das leis antiterrorismo e das tecnologias contra-insurgência aprendidas com o mainstream da segurança globalizada, o estado conduzirá a Guerra Híbrida para pacificar o país e propiciar o ambiente para o ‘business as usual’. Com essa leitura, antecipava a recomposição petista depois da reeleição de Dilma, em 2014, através dos projetos sociais e da transferência de renda como integrantes dessa dinâmica de contra-insurgência normalizada. Essa a leitura do Paulo Arantes, por exemplo” (Cava, 2022). Entendo que Cava acertou na leitura que Arantes fez da contrainsurgência, mas errou na da guerra híbrida: não se trata de um processo de pacificação, mas o contrário.

forma vão explicar os efeitos demandados nos mais diferentes locais por rupturas e/ou movimentações tectônicas da política. Me pergunto se a ideia de que a guerra só aparece como o sintoma de uma crise é suficiente para descrever a atual quadra (como por exemplo a 2ª Guerra como um dos efeitos da crise de 1929), ou se podemos nos contentar com o argumento de que afinal esse tipo de guerra que vemos desde o século XVII não passa de uma variante nacional da luta de classes, e o momento requer considerar uma agudização dela. Transportando esses termos para nosso *set* brasileiro, não foram poucas as análises que em alguma medida lidaram com a ideia de que aqui o “velho está morrendo e o novo não ainda pode nascer”, recorrendo a uma fórmula gramsciana retomada por Fraser (Idem).

Algumas discussões sobre 2013 que passaram pela falência de 1988 ou dos reflexos do neoliberalismo mobilizaram a ideia de evaporação de uma aliança centrista da esquerda em favor da emergência de “populismos” ou movimentos antissistêmicos, algo que me parece ter sido muito mais lido na chave da “antipolítica” do que da guerra (p. ex. Nobre, 2022). Daí me parece claro como se colocou na conta do PT, que “não soube ler a situação”, um problema que vai do sufocamento da esquerda à emergência desse novo “populismo digital” (Idem). Não é preciso grande esforço para ver que os militares sequer aparecem como figurantes nessas análises³⁹.

Se os militares ficam de fora da festa quando se fala em “vetor antissistema”, por serem considerados “agentes terceirizados” dos interesses da burguesia, não vejo por que deixar Bolsonaro de fora dessa festa, analisando ele como um elemento de disrupção maior do que foram os militares ao longo da República. É preciso modular este “anti” do “sistêmico” deles, e se dar conta de quem é o terceirizado de quem (vou voltar a isso ao final deste texto). O problema é que a tradição no Brasil (& além) está na leitura de que militares aparecem apenas quando “falta algo”, daí até quem sabe faça algum sentido analítico mobilizá-los como coadjuvantes diante de uma situação de lapso de hegemonia. Mas antes de chegarmos a esse ponto, cabe se perguntar se é disso que se trata quando se entende a guerra híbrida *como forma militar de socialidade*.

Então temos um problema, pois a maior parte dos que têm analisado junho de 2013 e suas relações com 2018 não acessa a guerra híbrida *em seus termos militares*, pois

39 É verdade que Alonso (2023) tem várias passagens que mostram uma certa reação militar à CNV (Comissão Nacional da Verdade) como um dos fatores de organização do campo reativo da direita no Brasil. Mas não foi só isso. As “rebeliões de generais” começaram antes, em 2007, explorando o tema das demarcações de Terras Indígenas (Leirner, 2022; Lemos, 2023), e o campo militar se reorganizou em uma série de parâmetros a partir de fins da década passada. A CNV, como pretendi mostrar, foi mais um fator de galvanização da tropa sob um comando que já tinha elaborado uma ação política para “a década” (Leirner, idem).

a coisa só é lembrada como a “conspiração dos que pensam como conspiração” os eventos de então. Como os militares parecem ter passado meio longe de 2013, quem vê a conexão intrínseca entre 2013 e 2018 ou ignora o papel que eles tiveram no final, ou atribui o impulso inicial a um agenciamento heteronômico elaborado de forma oculta, que depois é acoplado a setores golpistas do Estado brasileiro. Assim, militares ou são coadjuvantes de um Bolsonaro que os cooptou no seu magnetismo, ou são marionetes da CIA⁴⁰. O que no fim das contas praticamente os isenta de responsabilidade (afinal, se a culpa é da CIA o que mais eu posso fazer?). Porém, o efeito colateral que esta percepção pode trazer não deixa de ter seus problemas: se a guerra híbrida é um agenciamento que veio de longe – afinal não havia quem pudesse operá-la em 2013 – então sua conexão com 2018 passa automaticamente a ser identificada como uma peça de ficção.

Por conta disso e ainda assim, penso que um problema nada trivial é dizer que “é ridículo” aventar que agências de fachada dos EUA atuaram pelo Brasil no pré-2013 mas é absolutamente verossímil que 2013 seja visto no quadro mais geral “de uma sequência insurrecional mundial que articulou Sul e Norte em uma ressonância de descontentamentos sociais ligados ao impacto da pauperização e das dinâmicas de concentração provocadas pelo neoliberalismo”, quando o século XXI começa com “uma impressionante sequência de insurreições populares de luta contra o capital e de recuperação paulatina da soberania das massas espoliadas” (Safatle, 2023, p. 99), quem sabe até unida pela “influência discursiva de movimentos internacionais” (Nunes, 2022, p. 181). Essa é a “versão basista” simétrica da tese “topista”, que não seria problemática em si se não reivindicasse a mesma heteronomia que a tese da “conspiração da CIA”, só que com os sinais trocados. Se os canais de “ressonância” entre um ambulante do interior da Tunísia e Avenida Paulista são tão claros assim, também deveriam ser aqueles entre Wall Street e a ONG “Meu Rio”, uma das articuladoras cariocas dos “20 centavos”⁴¹.

40 Curiosamente, antes de Pepe Escobar, militares brasileiros produziram suas leituras sobre 2013 como algo “que se deve assimilar”. Em 2015 o General Luiz Eduardo Rocha Paiva – membro ativo da campanha de Bolsonaro e propagador da teoria de que a esquerda produzia uma ameaça “gramscista” ao País desde o começo dos anos 2000 –, produziu o artigo “Tensões sociais, “revoluções coloridas” e “guerras híbridas”: histórico, métodos, reflexos para o Brasil e ensinamentos”, cujo acesso é restrito (Leirner, 2022, p. 259). Paiva apura a ideia de como revoluções coloridas podem servir para desestabilizar governos, e ressalta a ideia de que nossas Forças Armadas devem assimilar os métodos primeiramente “para se proteger”. Como é próprio das doutrinas militares, “proteger” e “utilizar ativamente” não se distinguem, é a isso que eles chamam de “dissuasão”. Pelo visto entenderam bem e assimilaram, o que veio depois de 2015 tem uma longa lista de participações e interferências (Idem, *ibid.*). Voltarei a isso como problema, mas por ora já gostaria de adiantar que essa foi uma primeira leitura que percebeu que junho de 2013 poderia ter um *potencial de uso posterior* por parte de militares.

41 Fundada por Alessandra Orofino e Miguel Lago, e patrocinada, entre outros pelo ex-Presidente do Banco Central (Governo Fernando Henrique) Armínio Fraga, cidadão brasileiro-norteamericano atualmente dono da Gávea Investimentos. Segundo a própria Orofino no Globo (04/jan/2013), “Eu já tinha pensado no projeto Meu Rio antes de ir para Nova York, mas foi só lá que rolou a incubação e a realização do

É verdade que elites internacionais atuam, financiam, sabotam etc., isso não é novidade. A questão é saber se a sequência de reações desde 2010 tem a ver com uma *mesma forma de ataque*, cuja fonte está na resposta neoliberal à crise de 2008. Até onde vi as respostas têm sido predominantemente polarizadas, simétricas e inversas, entre a ideia do partido de massas que bloqueia a “energia emergente” das classes populares fazendo o jogo do neoliberalismo, ou do novo autonomismo fracionado das classes populares que sela o destino à vala comum dos partidos de massa que ainda resistem. No final, ambos viram instrumento do jogo das elites internacionais.

A nova insurgência

Ainda há um outro “fato”, talvez não tão novo: as ditas revoluções coloridas – com todas suas características mais marcantes (entre outras, autonomismo, organização em rede, descentralização, plataformas dispersas, uso intensivo de celulares), começaram antes de 2011 – e, também, da crise de 2008 (sem contar as que apareceram no “centro”,

Meu Rio, criando desde o plano estratégico até a identidade visual (...) A galera do Meu Rio é a mesma da PURPOSE Brasil, e os escritórios funcionam juntos em uma casinha em Laranjeiras”. A Purpose tinha como CEO Jeremy Heimans, que também era do board do fundo Luminare, de propriedade do bilionário Pierre Omidyar (dono do site Ebay, e do Intercept), que junto com Fraga injetaram os principais aportes iniciais na Meu Rio. Hoje Orofino trabalha no programa “Greg News” e continua no ativismo no “Nossas”, que é um desdobramento da Meu Rio em um “plano nacional” (e ainda na folha de doações da Luminare), junto com Lago (e Roberto Andrés, aqui citado; ambos têm se notabilizado como “intelectuais públicos” marcando posição sobre 2013 e bolsonarismo, inclusive estiveram no supracitado seminário da Filosofia/USP). Entre outras atividades, Lago leciona em Columbia (EUA) e na Science Po (França) e é diretor-executivo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), além de Senior Fellow do Cebri, think tank fundado por empresários, banqueiros e políticos que tem como Presidente de Honra Fernando Henrique Cardoso (<https://www.cebri.org/br/sobre/gestao>). O Cebri tem inúmeros parceiros nacionais e internacionais, de organizações financeiras (BID, AmCham, Firjan...), militares (Marinha, Escola Superior de Guerra), think tanks norte-americanos e de outros lugares (Atlantic Council, Council of Foreign Relations...), instituições educacionais (Universidade Renmin da China, FGV, PUC/RJ). Sua orientação é seguramente aquela que Fraser (2022) definiu como “neoliberalismo progressista”, com partes tendendo ao reacionário. Não custa lembrar também que a mesma rede da Luminare produziu parcerias – através de um fundo, também de Omidyar, chamado Avina Americas – com ONGs daqui como o Instituto Arapyaú, vinculado a iniciativas como o RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, iniciativa, entre outros, de Guilherme Leal (Natura), voltada a produzir “lideranças políticas” de amplo espectro (semelhante a outras como o Instituto Lemann, do principal acionista da Ambev e do fundo de capitais 3G, o suíço-brasileiro Jorge Paulo Lemann). Além disso, não custa lembrar que a Avina também estabeleceu parcerias com a a Amarrigo Brasil – ONG voltada ao combate contra corrupção que levantou a pauta do MPF (as famosas “medidas de combate à corrupção” que depois foram apropriadas pela Força-Tarefa da Lava-Jato) e estava na costura da Transparência Internacional e o ativismo pela PEC 37, que foi o protoplasma da pauta anticorrupção em junho de 2013. Evidentemente toda essa rede não explica 2013, mas torna algumas coisas evidentes: 1) o interesse dos setores ligados à finança em bancar essas pautas; 2) a ação em várias frentes dos mesmos agentes (por exemplo, dos 20 centavos ao combate à corrupção), o que mostra que se a “base” estava fragmentada, o “topo” nem tanto. Uma pesquisa minuciosa sobre essas redes foi realizada pela jornalista Isabel Monteiro (@gringabrazilien no “X”), cujo acesso mais recente não me é permitido, pois estou bloqueado em seus canais.

como Seattle (1999) e Gênova (2001) estou aqui pensando na forma que inspira a ideia de que a revolução teria começado na periferia). Revolução Rosa, Georgia 2003; Revolução Laranja, Ucrânia 2004; Revolução Tulipa, Kirguistão 2005; Revolução do Cedro, Líbano 2005; Revolução Azul, Bielorrússia 2006. Ainda podemos falar na Revolução Lilás, Moldávia 2009; Revolução Melancia, Kirguistão de novo em 2010, até enfim a “Primavera Árabe” de 2011. Isso sem falar na inspiração onomástica de 1989: as 3 “revoluções veludo” do Leste europeu (Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária). Ou seja, antes do levante árabe, o modelo veio do entorno russo, e cabe se perguntar se qualquer semelhança não é mera coincidência, porque o resultado dessa clonagem produziu as duas respostas simétricas. Assim como quem vê a guerra híbrida essencialmente como uma ação dos EUA sob disfarce, quem reage a este viés tende apenas a trocar o sinal para os ecos de uma “resistência” global colocando-a na chave do engano.

E então voltamos ao problema da *nova insurgência*, termo cuja bola foi levantada por Paulo Arantes (2021 [2014]) para explicar 2013 – e inserir a data brasileira no contexto de uma movimentação global, que, como estamos vendo, se apegou facilmente também à noção (por outros mobilizada) de revolução. Se entendi direito o que ele disse, das várias dimensões que atinam a uma crise (não sei se este é o termo adequado) permanente nesta etapa atual de fim de mundo, a vida urbana ocupa uma posição absolutamente central – e aqui é preciso também deixar marcado que esta discussão está vinculada à que foi levantada no calor da hora tanto por Hermínia Maricato (2013) quanto por Pedro Arantes (2014). Desdobrando este ponto, não custa também lembrar que a conversa sobre o lugar do urbano na Revolução não é exatamente nova, se refletia também na discussão da melhor estratégia de guerrilha, se essencialmente urbana ou baseada no sucesso cubano (e vietnamita, etc.): de Sierra Maestra a Havana, da selva ao campo, e deste à cidade, isto é, da *periferia ao centro*, tal como Safatle colocou sobre o começo tunisiano (Safatle, 2023, p. 102).

Pois bem, chegamos à pergunta que Isabel Loureiro faz na apresentação do texto de Arantes (2021 [2014]):

“De onde viria a ruptura com o sistema absurdo da acumulação pela acumulação quando as tecnologias de controle social, tudo leva a crer, produziram um ‘indivíduo absolutamente governável’ e isso com sua própria e resoluta colaboração?” (Loureiro 2021: 13). Como realmente a cidade se tornou o foco de uma série de dispositivos de esgotamento da vida, entre eles a de uma “contra-insurgência preventiva” dos dispositivos (capitalistas, neoliberais, estatais), me parece que Arantes enxergou nas revoltas de contra-efetuação desses dispositivos a brecha para uma ação profanatória contra esse “novo e tremendo dispositivo da religião capitalista que estamos chamando de Neoliberalismo” (Idem, p. 70).

Como Arantes bem lembra no começo deste mesmo texto que Loureiro apresenta, a “contra-insurgência” que brota de manuais militares norte-americanos (notadamente o FM 3-24, *Marine Corps Counterinsurgence Manual*) é essencialmente baseada em operações em *terreno humano*; isto é, para resumir como ele coloca, “gestão de pessoas”. De UPPs a Reality Shows, pipocam as réplicas desse novo zoneamento da vida. Emperrar essa “catraca” pareceu ser, assim, uma resposta mais que óbvia, necessária. Daí, em diferentes contextos, aquilo que Safatle vê se iniciando em 2010 na Tunísia ter uma razão especial.

É verdade que este é um diagnóstico que se aproxima de quem analisou a contrainsurgência e a guerra híbrida na relação com estes movimentos globais de revolta, como é o caso de Alliez e Lazzarato (2021). Como eles colocam,

“Nos países outrora ditos de ‘terceiro mundo’, as guerras no seio da população são conduzidas por uma máquina de guerra que utiliza tanto armas militares quanto armas não militares para praticar a guerra híbrida da globalização neocolonial. A violência empregada nelas é um composto de guerras sangrentas e não sangrentas, que envolvem a população na luta com intervenções externas e operações correlatas, ajuda militar a regimes ou facções submetidos, a senhores da guerra e traficantes, a programas de ajuste estrutural que favoreçam a liberalização do comércio, a desregulação financeira, a privatização das terras e a “racionalização” de uma agricultura voltada para a exportação – sem esquecer as ONGs, que operam como extensões do Banco Mundial, das Nações Unidas ou ainda de doadores ricos (em geral americanos), na gestão de ajuda alimentar...” (p. 355).

Mas a tese deles parece também não pôr dúvida sobre os “ciclos”:

“A partir de 2011, as múltiplas formas de subjetivação das guerras civis modificaram profundamente tanto a semiologia do capital como a pragmática das lutas que se opõem aos mil poderes da guerra como quadro permanente da vida. Do lado da experimentação com máquinas anticapitalistas, Occupy Wall Street nos Estados Unidos, os Indignados na Espanha, as lutas estudantis no Chile e no Quebec, bem como a Grécia de 2015, batem-se com armas desiguais contra a economia da dívida e as políticas de austeridade. Por toda parte no Sul, as primaveras árabes, as jornadas de junho de 2013 no Brasil e os confrontos do parque Gezi em Istambul, na Turquia, puseram em circulação as mesmas palavras de ordem e de desordem” (Idem, p. 11-12).

Sendo assim, se estou certo na minha interpretação deles, o problema recai sobre uma noção de guerra civil semelhante à de Foucault no *Em Defesa da Sociedade* (1999), de onde a governamentalidade de uma população vem de sua derrota de um Estado que introduz a guerra. Porém, esta guerra está na origem do próprio capitalismo, não apenas como forma estatizada da luta de classes, mas como mecanismo de acumulação primitiva

do capital, como bem mostra C. Tilly (1996)⁴². Além disso, alguns séculos à frente – e este é nosso problema –, essa categoria “civil”, purificada, parece hoje ter sido diluída em enxofre.

Nesse ponto, ainda, os autores parecem seguir uma pista formulada antes por Deleuze:

“Analisando a ‘queda tendencial da taxa de lucro’ exposta no livro III de O capital, Deleuze observa que o momento da passagem da depreciação do capital (a crise) para a formação de um novo capital criou as condições para a ‘possível’ emergência de forças revolucionárias. Dada a natureza dos movimentos do capital financeiro e a substancial aceleração imposta por ele, o surgimento de sujeitos em ruptura política deve sempre ser considerado uma possibilidade (mesmo que não haja alternativa ‘no momento’) sob a forma de uma eventualidade na realidade sempre presente. Contribuindo com a ‘instabilidade sistêmica’, a multiplicação dos inimigos prováveis reforça o caráter necessário do desenvolvimento de um sistema militar- securitário de controle social tanto no nível doméstico como no plano internacional. Com a saturação do sistema, a instabilidade se torna permanente e a ‘militarização do governo’ responde à tarefa fundamental de prever, antecipar e prevenir, ou seja, de se adiantar às inúmeras possibilidades de ruptura, desde sempre virtuais-reais, pois se inscrevem na mesma dinâmica de dominação absoluta do capital financeiro e de sua lógica de guerra que tende a tornar o inimigo, nas palavras de Clausewitz, ‘incapaz de sustentar a resistência’; um processo infinito ... (...) O Estado e a guerra, que constituem, respectivamente, o componente e o elemento estratégicos da máquina de guerra do Capital, tiveram de se adaptar a essa evolução.” (Idem, p. 396-397).

Mas vejo um problema aí, ou mais que um até – para além da constatação de que na longa duração é impossível distinguir a sociogênese do Estado daquela da guerra, e desta do Capital (cf. Tilly, 1996), e que, portanto, um não pode ser um “componente” do outro. Vamos tratar do problema imediato. Se a “revolução desarmada” dos ciclos – exemplificada a partir da ação de um ambulante se imolando – foi um protoplasma da nova insurgência, por que será que os norte-americanos e seus satélites resolveram *antes* gastar trilhões na sua contrainsurgência ao mandar para cova alguns milhões no Iraque e Afeganistão (sem falar de Líbia, Somália, etc. etc. etc.), e 10 anos *depois* simplesmente não aportaram um tostão para este “contínuo insurgente”? Será que no final das contas podemos colocar 2011, 2013, etc., na conta de uma insurgência contra a contrainsurgência que emergiu da guerra ao terror (Idem, p. 352-353)?

Será que tudo isso pode ser colocado na mesma conta de uma contraefetuação do neoliberalismo, etc.? Nesse caso, reações tão diferentes a um mesmo vetor? Ou então não se trata de um movimento nem de ação e reação, nem de causa e efeito. Talvez a ideia

42 A referência a Tilly é por minha conta, pois parece que os filósofos não levaram em conta sua análise.

de uma “contrainsurgência preventiva” levantada por Arantes resolve uma parte deste problema, mas não exatamente com os termos que ele colocou. Antes das Primaveras, é bom lembrar daquilo que Stephen Graham apontou em “Cidades Sitiadas” (2016): o alvo de Bin Laden era a “urbe”, objeto primário de ódio de sua rede; o ataque foi no coração do sistema financeiro. A reação dos EUA foi não somente produzir um estado de sítio generalizado no Globo, mas também deslocar o “coração da América”, suas forças militares, no plano doméstico, para o interior, o “heartland” em sua essência, “caipira”, branco, macho, evangélico, armado e logo logo desempregado (Lutz, 2002). Isto não é pouco. Não podemos esquecer que além das sedes de *Forças Especiais* geralmente se interiorizarem (no Brasil estão predominantemente em Goiás, na Amazônia e na periferia do Rio de Janeiro), os capitais se movem entre ilhas e em lugares desconhecidos, os “Paraísos Fiscais”; os data centers nunca coincidem com as “Férias Limas”, que são a ponta da linha – sendo que o maior deles no mundo, o da NSA (National Security Agency, o hub de “tudo”), está encravado entre as Rochosas em Utah.



Figura 2. Data center da NSA.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:EFF_photograph_of_NSA%27s_Utah_Data_Center.jpg

Portanto, me parece que tanto Bin Laden quanto o Occupy podem ter produzido rachaduras, mas erraram o alvo. No caso do primeiro, a ação de Bin Laden – e a resposta que veio dos EUA –, além de não ser revolucionária, é no seu âmago reacionária. No caso do Occupy etc., muitos culpam uma certa “demanda difusa” do movimento que resultou no seu naufrágio, especialmente em contraste com um suposto “sucesso do MPL” em concentrar a pauta nos 20 centavos. Me parece que em ambos os resultados mais que

redobram as apostas do neoliberalismo⁴³, e para isto eu nem preciso justificar as coisas com a eleição de Obama lá (como por exemplo afirmou Fraser, 2022), e a Ponte para o Futuro aqui (e aí o diagnóstico é geral, independente de Bolsonaro, o estrago já começou com Dilma nomeando Joaquim Levy). Nesse sentido, é sintomático ainda que o “erro de alvo” possa ter aberto caminho para uma outra “aproximação sucessiva”, como bem sugerem Pedro Arantes, Fernando Frias e Maria Luiza Meneses em um **ótimo** ensaio ainda inédito:

“Nas jornadas de junho de 2013, manifestantes subiram ao teto do Congresso, ao lado das cúpulas, entraram no espelho d’água do Itamaraty, mas nada além, não entraram nas sedes dos poderes nem cumpriram o “assalto final”, o script de dois séculos de insurgência antissistêmica. Não avançaram (talvez por ser a presidente Dilma do PT) e justamente as forças do campo majoritário da esquerda, no poder havia uma década, souberam contrarrestar, cooptar ou reprimir a ascensão da juventude radicalizada. Essa hesitação do campo progressista, sinal de seus limites, impasses e rachas, deu espaço para o crescimento da direita rebelde que, ela sim, chegaria ao ato final de audácia em janeiro de 2023, cumprindo o programa de profanação do sistema que a esquerda descartou” (Pedro Arantes et al., no prelo, s/p)⁴⁴.

- 43 Ainda que esta não seja uma constatação feita à luz desses acontecimentos. Como bem mostra Pedro Arantes (2014), o MPL/2013 já podia ser pensado como um movimento de contra-reforma urbanística em reação a um projeto de política pública formulado na órbita petista: “É importante lembrar, quando avaliamos as metamorfoses da Reforma Urbana brasileira, que os formuladores de políticas urbanas ligados ao PT defenderam e mesmo introduziram, a partir dos anos 1990, vários dos mecanismos pós-modernos de privatização das cidades: operações urbanas, operações interligadas, concessões urbanísticas, venda de certificados de potencial construtivo adicional, parcerias público-privadas, grandes projetos urbanos, megaeventos etc. Os urbanistas do Partido foram personagens importantes na circulação e importação de modelos internacionais de gestão urbana financeirizada e seu city marketing (apesar de alguns terem revisto essa posição nos últimos anos). Foram divulgadores no Brasil do sistema chileno de habitação e seu mercado financeiro-imobiliário, de Puerto Madero em Buenos Aires e do “modelo Barcelona”, levando consultores internacionais e operações urbanas a todos os rincões do país, a cidades que queriam atrair investidores e participar do competitivo mercado de ‘cidades à venda’ (com suas vocações, isenções fiscais e golpes de marketing)” (Pedro Arantes, 2014, p. 6). Ainda assim, imagino ser completamente diferente a circunscrição do MPL/2013 a uma luta urbana da sua acepção como força transformadora do capitalismo, algo que vemos ainda sustentado por alguns. Diga-se de passagem, podemos mesmo indagar se o passe livre afinal é mais vantagem para o trabalhador ou para o capitalista que reduz o custo da mão de obra – mesmo sabendo que as demandas postas pelo MPL vão além da tarifa zero. Além disso, uma coisa é ter esta análise no calor da hora, outra é sustentar – com termos muito parecidos, aliás – 10 anos depois, quando os resultados já estão conhecidos (cf. Andrés, 2023). Nesse sentido, uma revisão de Pedro Arantes de seu texto de 2013-14 feita alguns anos depois (Pedro Arantes 2020) pareceu a mim já não ver a mesma energia tanto nos atores da reforma urbana quanto nos movimentos que reagiram a ela.
- 44 Há que se dizer que V. Safatle entende que em 2013 houve uma “destruição de um símbolo do Estado e da ordem” a partir “da massa de manifestantes em Brasília ateando fogo no Palácio do Itamaraty”, e que isto gerou a contramanifestação de um discurso de ordem e intervenção militar (2022, p. 43-44). Não vejo como uma labareda de aproximadamente 2,5 metros na parte externa do Itamaraty possa de fato ser tomada como uma onda de choque no Estado – tanto quanto quebrar vitrine de loja de automóvel seja um choque no capitalismo, diga-se de passagem. Do mesmo modo, certas rebeliões militares e

Tudo bem, com alguma dose de otimismo e olhando novamente para além do Brasil, digamos que a insurgência primaveril foi a segunda etapa – “multitudinal” – da briga contra a *sede do Império* (para usar um termo de Hardt e Negri). Não faz o menor sentido, então, que a *contrainsurgência* tenha permanecido exatamente a mesma. E não somente a mesma, como copiada pelos 4 cantos: as lições de Clifford Geertz sobre a Indonésia foram para a cabeça do Coronel Australiano David Kilcullen; de lá para o General Patreus; deste para o FM 3-24; deste para o Afeganistão e depois para a Ucrânia; deste, entre outros, para o coronel brasileiro Alessandro Visacro (Leirner, 2022) e dele para o EB20-MF 07.101, o “Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040” publicado em 10 de fevereiro último, onde se estabelecem as “as linhas de ação para a configuração da Força Terrestre em 2040” (Brasil/MD, 2023). Todas estas concepções falam indistintamente de ameaças híbridas, terrenos múltiplos, condições variáveis, e o terreno humano como objetivo último esteja onde estiver, já que a essas alturas somos todos ciborgues, como já bem mostrava Donna Haraway (2013). Ou seja, na dúvida, a *contrainsurgência* já se adaptou para um cenário holista, o que é diferente de preventivo (e cenários preventivos são diferentes de antecipações). Se para esta nova modalidade de insurgência primaveril sequer há *contrainsurgência*, aí ou ela realmente se torna a suspeita número 1 de estar trabalhando para o lado errado, ou ela não está no centro das preocupações nem da *contrainsurgência* preventiva, nem da contrarrevolução... A não ser que realmente se coloque que o “estado policial” encabeça um novo militarismo.

Cabe então se perguntar também se os aparatos que deram conta de uma ou outras insurgências, de Bin Laden às Primaveras, são comparáveis. Se os dispositivos pós-2011 (polícias, balas de borracha, sprays de pimenta, bombas de gás, câmeras de vigilância, cachorros, cavalos, prisões) são os mesmos do pós-2001 (da Antropologia à Raytheon, de Guantánamo ao lawfare, de drones ao General Naveh e sua guerra deleuziana). É claro que mais hora menos hora essas coisas se misturaram, de modo que é difícil também dizer o que pertence a quem. Nesse campo da guerra, se tem características duradouras, são o espelhamento e a imitação, a repetição e a assimilação, e a inimizade generalizada como heteronomia negativa (Leirner, 2020)⁴⁵. Uma vez que chegamos até aqui, cabe dizer que no meio deste caminho, justamente entre 2001 e 2011, inventou-se um termo para botar

pedidos de intervenção começaram bem antes de 2013 (se é que algum dia precisaram começar, ou podemos situar isto num contínuo desde 1870), tendo um marco mais visível nos protestos de generais e oficiais no Clube Militar a partir de 2007, com o processo de demarcação de terras indígenas em Roraima (cf Lemos, 2023).

45 Claro que não somente o campo da guerra produz esse tipo de circulação, ainda que outros (como o jurídico, o político até no sentido que Pedro Arantes mostrou (cf. duas notas acima) não o façam de forma tão “idêntica”. Como bem diz Manuel Domingos Neto, “nada tão igual quanto a cópia militar”.

toda a contrainsurgência num mesmo pacote, mais abrangente, que é a tal guerra híbrida – e que isto foi inventado e pensado não na Academia do Barro Branco nem na sede do *Choque*, mas no subsolo de um conjunto de edificações no Estado da Virgínia, EUA. Note-se que do jeito que estou entendendo a tal guerra híbrida não se trata de um novo dispositivo nem tático, nem operacional nem estratégico, mas sim de um *híbrido* que opera em todos esses níveis ao mesmo tempo e que veio ao encontro dos novos e tenebrosos tempos do neoliberalismo, justamente porque é da natureza de um híbrido “se acoplar”. De certa forma, fico me perguntando se não é justamente esta acoplagem uma das razões para uma *crise permanente* do neoliberalismo, mas penso que esta resposta está para além das minhas capacidades.

Em todo caso, parece que Alliez e Lazzarato apontam uma direção:

“A sequência ‘paz-crise-guerra-resolução’, típica do paradigma da guerra industrial, em que a ação militar constitui o fator decisivo, foi alterada por completo. Na guerra no seio da população, ‘não há sequência predefinida, mas, antes, uma passagem contínua’ de um desses momentos ao outro. Se, de acordo com nossa hipótese, a evolução da guerra acompanha e persegue a do capitalismo, então a perturbação da sequência clássica da guerra se segue diretamente à perturbação da sequência clássica do ciclo econômico, ‘crescimento-crise-recessão-novo crescimento’. Daí que a guerra nas populações e contra elas seja, à diferença da guerra industrial, in-de-finida, isto é, não tenha um fim em vista” (2021, p. 351).

Ainda assim, eles ainda veem na retórica da “pacificação” algum sentido – algo foucaultiano, com certeza, na passagem da “política à polícia”, além de entender que as formas híbridas de guerra podem representar uma espécie de “reinício do Estado” a partir de uma nova forma:

“A ação do exército deve ‘reencontrar o adversário em seu próprio terreno, permanecendo rente à sua realidade flutuante’, segundo um método que é o inverso do praticado pelo exército na guerra industrial. ‘A abordagem tradicional ‘de cima para baixo’ dos conflitos interestatais é suplantada pela ‘de baixo para cima’, pois se trata, no mais das vezes, de recomeçar, a partir do solo e da população, a reconstruir o Estado ou a mudar o regime ou o governo (...). É preciso, em outras palavras, renunciar à dominação rápida (o subtítulo da doutrina Shock and Awe, cara a Bush Jr. e à sua administração de neoconservadores liderada por Donald Rumsfeld, é Achieving Rapid Dominance), para obter uma aproximação processual absoluta entre a guerra e a microescala da vida civil cotidiana.” (Idem, p. 348-349).

Mas, do jeito que vejo as coisas, não é bem assim: a pacificação/polícia são a parte aberta à visitação pública do problema, cujo ciclo começa e termina com uma guerra,

dispensando o agente de intermediação do ciclo. Assim, “crise-pacificação-guerra” pode ser reduzida à “guerra [-] guerra”. Nesse sentido, antes da guerra híbrida ser entendida como uma forma de administração/gestão das populações, ela pode ser entendida como uma forma de cismogênese em múltiplas escalas⁴⁶, isto é, divisão e conflito induzido. Sabemos que o neoliberalismo arrastou as pessoas para um grau de competição hobbesiana, a tal guerra permanente que Foucault já tinha entendido como uma “continuação da guerra por outros meios”, invertendo Clausewitz. Mas a guerra híbrida não é exatamente a ação de um dispositivo que leva a guerra às nossas células; ela talvez seja, enfim, a garantia que *queiramos* isso e que enxerguemos isso em um perpétuo dualismo, considerando que a única solução possível seja apostar na intensificação do conflito. E sim, é inegável que experiências neoliberais como as do Chile introduziram noções como as de “público-alvo” de políticas, e que isso no limite pode ser entendido como uma espécie de derrota da política e emergência de um estado de guerra permanente (Arantes, 2019).

Cabe adiantar que não estou pensando em “guerra civil” como contraponto à revolução, no sentido de Dardot et al. (2021) – e talvez também de Arantes (2019), que, suspeito, não concorda com a posição deles. Tenho minhas dúvidas se esta é uma dinâmica que tenha começado no neoliberalismo apenas – no sentido de seu entendimento de “guerra civil” como forma de administração de um [E]estado de guerra permanente (de populações “alvo”). Para eles, então, a *revolução* seria a contraefetuação da *guerra civil*, se não me engano de modo similar à *multidão* como contraefetuação da guerra permanente do *Império* (cf. Hardt e Negri, 2005). Na guerra híbrida, de um modo algo diferente, nem o Estado escapa. O conflito é tão generalizado que provoca um *bypass* na conjuração revolucionária – esta acaba sendo absorvida na sua lógica, daí talvez a intuição de uma análise como a de Gerasimov/Korybko em dizer que “revoluções [coloridas] são guerras [híbridas] por outros meios”. Podemos argumentar que este era o papel de muitos dispositivos, ou “aparelhos”, antes do neoliberalismo e da guerra híbrida. Diante disso, resta aqui arriscar a hipótese de que depois que esta nova forma de “hibridismo”

46 De forma bem resumida, a cismogênese é um processo de diferenciação que pode ora produzir direções opostas na relação entre duas partes - e aí ela é “complementar” -, ora direções convergentes e que aumentam a intensidade da sua competição - aí ela é “simétrica” (cf. Bateson, 2006). Nas duas situações ela tende a aumentar a escalada do conflito ora acentuando as divisões e envolvendo mais grupos e pessoas, ora acentuando um conflito já existente reforçando vieses constituídos. Cabe notar que para Bateson isso não é uma simples relação funcional (isto é, resultante de uma causa anterior), mas sim a própria *constituição da relação*. Ou seja, cismogênese é a relação que se impõe sobre a dinâmica dos termos. Essa característica, digamos estrutural, vai se acentuar depois nas obras dele, especialmente quando ele adiciona a ideia de feedback e passa a incluir a cismogênese numa “ciência cibernética” – que, diga-se de passagem, foi o embrião das teorias militares que... incorporaram a noção de cismogênese, primeiro no “choque e pavor” da Guerra do Golfo, depois no “sistema do terreno humano” no Iraque e Afeganistão e finalmente na própria noção de guerra híbrida norte-americana.

se efetivou a crise só piorou e todas as alternativas que pareciam se insurgir terminaram com um retorno pior do que estava antes.

Tempo e espaço da guerra híbrida

Mas voltemos ao solo, já que este voo começou em algum lugar e não nasceu pronto. A guerra híbrida, uma prática e um conceito relativamente recentes, foi lida por militares de vários lugares como um caso aplicável a eventos que posteriormente foram associados “pelo ar de familiaridade” aos daqui: primaveras, revoluções coloridas, mudanças de regime, insurgências, insurreições, mega-protestos, crises e conflitos informacionais. Mas não só. Esses eventos estão para guerra híbrida assim como o espaguete está para a massa: o espaguete não é só uma massa nem todas elas; e nem toda massa é espaguete. Além disso, existe a discussão sobre se a massa pode ou não encampar outras formas de “macarrão”, como yakisoba, ou até se o macarrão de arroz é ou não “massa”, etc. A guerra híbrida é parte de uma disputa classificatória “como tudo mais”, mas faz isso de formas que só concernem a ela. Além de primaveras, outros militares entendem, por exemplo, que o protótipo é o conflito israelense no Líbano e na Faixa de Gaza, com misturas civis, militares, legais e ilegais, hightech e da idade da pedra; outros ainda entendem ela como uma “guerra não-cinética”, com ataques exclusivamente informacionais, eletrônicos e institucionais⁴⁷. O que as teorias militares, tanto do “círculo atlanticista” quanto “eurasiano” concordam, é que a guerra híbrida é sempre uma “ação do outro lado”, e que ninguém assume o ataque, só cria “mecanismos de defesa”. Por isso mesmo, ninguém tem certeza de quem está atacando e quem está apenas se defendendo. Alguns acham que essa é uma ação estatal; outros acham que ela justamente não é, daí seu caráter híbrido. Este, aliás, é o ponto: o hibridismo justamente diz respeito à indistinção entre interno e externo, entre político e bélico.

Os debates sobre 2013 elencam traços disso, mas de forma alguma analisam as condições internas de uma guerra híbrida e seus agentes operacionais – exceto se tomada como uma conspiração a partir “de fora” (Korybko, 2018; Mendes, 2023). Será que é esta visão que induziu à ideia de que guerras híbridas não passam de “qualquer guerra” pintada de novidade? Porque me parece que se a guerra híbrida não serve para analisar 2013 por ser uma categoria ao mesmo tempo exterior e posterior aos eventos de então, da mesma forma é estranho analisar o que é uma guerra híbrida tomando 2013 como

47 Este artigo foi concluído na semana em que o Hamas produziu uma ofensiva em Israel – e este tomou esta ação como “terrorista” e assim organizou sua versão de “guerra ao terror”. Por falta de tempo/ espaço, não tenho como abordar este ponto aqui, embora seja interessante notar que os pressupostos da guerra híbrida estão todos lá. Coloquei isso em dois “tuítes”: <https://twitter.com/pierolei/status/1711060436676726920>; <https://twitter.com/pierolei/status/1714258636153709037>.

ponto de partida. A questão leva uma petição de princípio: se a guerra híbrida é “qualquer guerra”, então qualquer situação tem o potencial de também ser analisada por ela. E o mesmo podemos dizer se aplicarmos a fórmula “qualquer guerra é expressão da luta de classes”, e aí por diante: a generalização um nível acima é problemática. Explicar que a guerra híbrida é “qualquer guerra” tem exatamente o mesmo potencial daquilo que se quer criticar, isto é, a redução de 2013, por exemplo, a uma guerra híbrida.

Como mencionei acima, foi uma questão de tempo para começar a se associar os eventos de 2013 – e posteriores – como parte de uma guerra híbrida no Brasil, e isso inclusive chegou a ser ventilado por quem tinha o maior interesse em cimentar uma explicação exógena (e exótica) para sua própria queda, como foi o caso de Dilma Rousseff. De certa forma, esta era a única explicação que ainda estava ausente no panteão de determinismos, e encaixava bem na ideia de que tudo se passou como reação à ascensão brasileira no protagonismo internacional (elevando assim seu próprio status de estadista), ao mesmo tempo que justifica o afundamento do barco petista por forças absolutamente incontornáveis. Também não demorou para o campo petista fabricar suas próprias teses a respeito – *aplicando* uma fórmula para o caso brasileiro, a “fórmula Korybko”⁴⁸, e assim também gerar uma reação “anti-Korybko” a ela. Pelo visto a mesma polarização sociológica que separa revolução de reação se replica na polarização analítica que separa o mundo entre “a culpa é do PT” e “a culpa é da CIA”; o que me pergunto é até onde se chega quando se procura um culpado, e aí a profusão de “mordomos” vira um festival.

Não foi por acaso que a crítica a esta noção de guerra híbrida indexa a ela a catástrofe que foi o governo petista, de como ele minou a esquerda, de como ele não soube direcionar as “energias de 2013” (o que foi uma crítica geral de quem se empolgava com a emergência de um “campo autonomista”, mesmo estando fora de partidos). Deixemos este problema para depois, agora a questão é o que sobra da guerra híbrida depois disso. Pois foi uma caricatura, desenhada na contenda entre a descrição de uma “conspiração” e

48 Relembrando, lançada para o caso brasileiro aqui: <https://tutameia.jor.br/brasil-e-alvo-de-guerra-hibrida/>. Em suma, sua hipótese é que a guerra híbrida é o desenvolvimento da “estratégia da abordagem indireta” do conservador norte-americano Liddel Hart (1954): “a perturbação do equilíbrio psicológico e físico do inimigo é o prelúdio vital para uma tentativa bem-sucedida de derrubar [o inimigo] [...] Essa perturbação é produzida por uma abordagem estratégica indireta, seja intencional ou acidental. Ela pode assumir variadas formas [...]” (apud Korybko, 2018, p. 32). As guerras híbridas adaptam isto para todo um arsenal contemporâneo, especialmente cibernético e informacional, seguindo – segundo Korybko – a noção de sistema social tal como formulada na “estratégia dos 5 anéis” do coronel John Warden. Nela, o “ataque cognitivo” deve começar pela periferia de uma sociedade (movimentos sociais, ONGs, partidos minoritários) até contaminar o centro e derrubar o Governo, sem que haja presença de forças convencionais do lado que está atacando. Este foi um passo para entender que redes internacionais como a Atlas, os Irmãos Koch, ONGs financiadas por G. Soros e a Fundação Ford, por exemplo, são fachadas para esse tipo de estratégia.

a acusação dos agentes das “jornadas” como idiotas-úteis. No fim das contas me pergunto se as duas teses (“foi uma guerra híbrida” e “nada é uma guerra híbrida”) não acabam por se anular reciprocamente, pois ambas são parciais e partem do mesmo problema: a lente está errada. Há uma questão nada banal em se fazer deslocamentos retroativos no tempo, olhando 2013 com o foco em 2018 (e além)⁴⁹. Como (e quando) a guerra híbrida entra em algum ponto aí (ou não), cabe antes situar o lugar dela criteriosamente.

O marco temporal de 2013

O debate que pautou a guerra híbrida parece ter escorregado em dois sentidos: não deu conta nem de explicar 2013 nem o que 2013 poderia dizer sobre uma guerra híbrida. Antes disso, ficou andando em círculos: é guerra ou luta de classes? É a luta de classes na sua deriva imperialista? A guerra é a expressão burguesa da luta de classes na sua forma nacional? É o externo agindo sobre o interno? É golpe? É conspiração? E por aí vai. Vamos começar com a questão do “foco no imperialismo”, e sua relação com essas questões.

Argumentos do tipo “não existe guerra híbrida, só existe a guerra geral” são truísmos equivalentes à “não existe imperialismo, só luta de classes”, “não existe luta de classes, tudo é predação”. No limite, qualquer categoria pode ser obliterada se a lente for regulada para uma escala acima. Com a guerra híbrida esse tipo de análise é mais tentador, pois seu método - e talvez sua novidade - é fazer o que outras guerras fazem (efetuar a relação entre inimigos) de modo escondido, infiltrando e operando outros campos da vida social. De certa forma, ela é um *spin* da “metafísica militar” (termo que tomo de empréstimo de C. Wright Mills, e retrabalhado por Paulo Arantes [2019]), que passa a ser operada em um regime de baixa intensidade, uma engenharia reversa da ameaça nuclear operando em nível infrasociológico. Como tudo que em alguma medida não está explícito, a primeira reação de quem só acredita no empirismo de uma história sem ideias, ou elaborada numa cosmologia (das contradições) do capitalismo – lembrando aqui de certas ironias de

49 O que de certa forma também foi colocado por Rodrigo Nunes depois de sua crítica à ideia de guerra híbrida: “Em todas essas tendências de leitura, o problema é sempre o mesmo: tenta-se contar uma história eliminando dela tudo que aconteceu no meio – ou seja, exatamente o que decidiu como ela acabava. Ora, é evidente que existe uma relação entre as manifestações de 2013 e a eleição de Bolsonaro; negá-lo seria tão absurdo quanto afirmar de maneira simplista que uma coisa é a causa da outra. A questão é entender que relação é essa, e para isso só há um lugar onde procurar: é precisamente para aquilo que aconteceu no meio que devemos olhar” (Nunes, 2022, p. 171). Ainda que concorde com Nunes, também acho que ele se balizou na ideia de guerra híbrida apenas pela perspectiva da “tese Korybko”. Cabe notar que uma das noções mais usadas nas teorias da guerra híbrida, a do “ciclo OODA”, é tributária de outra que o próprio Nunes usa, a de *cismogênese*, de G. Bateson (ver por exemplo o caminho desta aplicação no Brasil no capítulo “A cismogênese Dilma/Militares” em Leirner, 2022[2020]). Curiosamente Nunes interpreta a *polarização* no Brasil como cismogênese, mas vê sua iniciativa como algo que quase ninguém mais fez, exceto ele próprio e Letícia Cesarino (Nunes, 2022, p. 107).

Marshall Sahlins –, ou que só existe se vazada nos grandes arquivos, pode ser negar sua existência e afirmar que se trata de uma “teoria da conspiração”, “modismo”, “enganação”, “mistificação” (termos que ouvi). Não custa lembrar que já chamaram de coisas parecidas o inconsciente, a ideologia e a própria luta de classes, daí pau que bate em Francisco bate em Chico, não?

Como o próprio conceito de guerra híbrida não é claro e está embebido pelas características daquilo a que serve, a “controvérsia” tornou-se parte de seu *modus operandi*, já que ela pode ser usada como categoria acusatória e pretexto para ações no campo político-militar. Isto ocorreu pelos 4 cantos – é particularmente notável a “guerra” de versões que existe entre os círculos da OTAN e as academias chinesas e russas. Como não poderia deixar de ser, a versão russa (ou antiamericana), pode ser exemplificada pela versão de Korybko (2018), como vimos aplicada por quadros do PT⁵⁰. Apontar os erros de aplicação de sua análise como se fossem erros “do conceito” não é a mesma coisa que ver problemas no conceito e imaginar como isso poderia ser pensado para as situações no contexto brasileiro.

Para entender melhor a qual classe de problemas estou me referindo, podemos ter em mente uma variante dos problemas acima a partir da noção derivada - e comum também - de que “aquilo que se diz como sendo uma propriedade das guerras híbridas sempre existiu em outras guerras”. Propaganda, dissimulação, operações psicológicas em amplo espectro, guerras informacionais, conspirações, guerras por procuração, entre outras tantas características que dizem respeito ao conteúdo às vezes descrito – especialmente por Korybko – como particular das guerras híbridas podem de fato ser encontrados até em Roma. Em uma forma bem dramática, podemos dizer que a Alemanha nazista operou tudo isso ao mesmo tempo como forma subsidiária de sua guerra total. No entanto, ao contrário desta, a guerra híbrida coloca um outro problema: como produzir um efeito igualmente totalizante sem que isso seja entendido como uma guerra? Como fazer, por exemplo, que uma guerra *pareça* política? Me parece que no caso da guerra híbrida temos que fazer o mesmo tipo de análise que procura as ligações entre formas aparentes e obliteradas, entre consciente e inconsciente. Uma das consequências disso é que não devemos buscar “provas” da existência da guerra híbrida olhando para coincidências históricas - assim como não podemos procurar evidências da “luta de classes” entre os tupinambás do século XVI.

50 Numa pesquisa rápida (em agosto de 2023) no “Google Scholar” o livro de Korybko (editado originalmente em 2015 em inglês pela Universidade da Amizade Popular da Rússia) recebe 179 citações, o que por alto me parece estar na média de centenas de outros artigos e livros sobre guerras híbridas. O principal artigo de Frank Hoffman – o “inventor” do termo – de 2009 (“Hybrid warfare and challenges”) recebeu 809 citações.

A guerra híbrida, me parece, é a forma adequada para entender algo que anda ganhando terreno entre aqueles que pensam e fazem a guerra operar. No seu horizonte eles têm a pretensão de que ela funcione numa chave holista e relacional, um *cálculo mental* que faça a antropologia da guerra preceder a sociologia, uma nova matriz para o século XXI com os parâmetros do século XVI – como pretenderam os criadores do termo/conceito em 2005, Frank Hoffman e James Mattis (ver bibliografia). Se estão conseguindo são outros 500. Mas uma coisa está clara: Forças Armadas europeias e a norte-americana já possuem setores inteiros dedicados a ela; a França aprovou a constituição de uma Arma de guerra híbrida (como infantaria, artilharia, etc.); China e Rússia já incorporaram como “centro de gravidade” de sua doutrina; o Brasil recentemente formulou que ela também será um dos principais horizontes de atuação do Exército até 2040. Se a guerra híbrida é só um modismo, ele a essas alturas já adquiriu materialidade suficiente para uma certa permanência, ou para pelo menos considerarmos isso no nosso horizonte de ameaças... A moda pegou também no circuito “metafísico militar”.

Evidentemente aquele que não admite que a engrenagem de um relógio é tão importante quanto o conjunto (“só serve para ver as horas”), não vai dar importância para aquilo que complementarmente parece ter sido uma transformação nas engrenagens do capitalismo, daquilo que era o “complexo militar-industrial-midiático” para o complexo “guerreiro-financeiro-informático”. Para ele, talvez, o “neoliberalismo” é mais uma miragem do capitalismo do século XIX, assim como um relógio de corda e um atômico são tão e somente “mostradores de horas”⁵¹. Se o de corda regulava a jornada de trabalho no século XIX e o atômico as transações financeiras que hoje efetuam o rentismo global, isso é um mero detalhe? Tudo, afinal, seria somente um *quantum* trabalho abstrato acumulado? Não precisamos entender o capitalismo financeiro e onde isso vai dar, porque, afinal, já sabemos tudo desde 1883? Se a estratégia de produção e reprodução da burguesia mudou com a financeirização, também mudou a condição do proletariado. A desregulamentação não vem sem a precarização (Fraser, 2022). E ambas parecem ter direcionado seus fluxos para o livre trânsito de capitais pelo mundo. No entanto, isso também me parece ter sido equacionado pelo reposicionamento de alianças da burguesia – e que não são apenas da burguesia, como insistimos acima –, agora que a trinca guerra-bancos-bits provocou

51 É preciso esclarecer que não estou equacionando isso nos mesmos termos de Lévi-Strauss, em *O Pensamento Selvagem* e sua célebre comparação entre machadinhas, com o intuito justamente de evidenciar uma universalidade lógica das comparações. Lévi-Strauss certamente nunca ignorou o papel da comparação entre “sistemas” – apenas subordinou aquilo que Dumont chamou da precedência do método de relações sobre o método de classes (Dumont, 1975); a ideia dele, penso, não é assim reduzir as “classes de fenômenos” ao seu mínimo múltiplo comum, mas ampliá-las ao máximo conjunto de relações possíveis. Se tudo fosse uma questão de “redução ao mais simples” Lévi-Strauss não teria enunciado a ideia de “sociedades frias” e “sociedades quentes”.

“aquisições hostis” nos 4 cantos. Essa aglutinação do capital só ocorreu de um lado porque produziu a fragmentação do proletariado do outro. Isso passou também a valer no jogo da divisão internacional do trabalho - e da dívida.

Talvez por isso mesmo seja algo complicado bolar uma estratégia do século XIX para enfrentar a dialética do século XXI. A “jornada” de 2013 definitivamente não é a guerra civil na França de 1848, embora a oposição entre quem expropria e quem é expropriado possa até ser a mesma *como oposição*. Note-se que não há problema em abandonar o ceticismo com o tipo de proposição “é tudo novo”: a jornada de trabalho ainda está entre nós (mais do que nunca, talvez), mas nem por isso o rentismo e a jornada de ócio monetário de quem deixa o dinheiro rendendo no éter bancário deixa de ser um problema que deve ser desarmado tanto pelo analista quanto pelo militante. Se todo mamífero é um predador, nem por isso teremos que deixar de entender por que certos humanos resolveram produzir uma transformação da predação em domesticação. Por aí vai. O problema desse tipo de cético é que ele não acredita nem na evidência material que diz que o seu objetivo é “sumir com as evidências materiais”. Logo, ele fica apenas com as evidências que lhe são apresentadas por aqueles que ele próprio julga estar “combatendo”.

É claro que também é verdade que este campo de discussões não ajuda muito. Do lado contrário há também aqueles que querem enxergar a guerra híbrida em qualquer coisa. Um não existe sem o outro, e assim o mesmo problema se coloca com sinais trocados - aí é só substituir a luta de classes por guerra híbrida e tudo bem. Essa tese se colou no “ovo da serpente”, colocando uma pitada de agentes ocultos para coordenar o processo. Não preciso gastar muita tinta para explicar que entre o ovo estar lá e dizer que ele explica tudo dá na mesma que dizer que ele não explica nada. A essas alturas já está bem documentado todo tipo de organização de fachada financiando “movimentos horizontais”. O que isso explica? Para mim, sobretudo, que o rentismo-guerreiro-tecnológico não vê o menor problema nesse tipo de movimento, e, inclusive, acha interessante impulsioná-lo, tanto financeiramente quanto pela transferência de engenharia social procurando produzir efeitos (ver nota 41, acima). No entanto, isso é uma parte do problema - e estamos aqui ponderando que não vale a pena nem tomar a parte pelo todo nem o todo pela parte, afinal.

Ovos, serpentes e galinhas

Ainda assim, cabe retomar um problema enunciado por Marilena Chauí no seminário da Filosofia/USP⁵²: entre os que estavam em 2013 naquele terremoto houve

52 Que desenvolve os argumentos de seu texto de 2013, ao mesmo tempo que discute com elementos de Maria Carlotto, que estava na mesa com ela: <https://www.youtube.com/watch?v=ALZxUP7p9ws&t=2709s>.

quem o leu como a “antessala para o golpe”, e houve quem percebeu ali o “início da revolução”, pretendendo respectivamente a “tomada do Estado” ou a “derrubada do Estado”. Para Chauí, *sob certas circunstâncias neoliberais* essas perspectivas se encontram. De um lado aqueles que entendem que o polo regulador de toda vida social é privado – a retórica “menos Marx, mais Mises” (cf. Rocha, 2021). De outro lado, quem entende que a organização autônoma segue a régua do “doméstico” – algo que nos obriga a pelo menos sobrevoar o que está se entendendo por “autonomia”. Nesse ponto, como diz Alana Moraes,

“Curiosamente, ‘autonomia’ pode ter mais a ver com ‘interdependência’ do que com ‘nomadismo’, com pertencimento a uma sensibilidade coletiva e seu potencial de mobilização do que com uma busca pela pureza de princípios (...). Uma tecnologia política que se conecta com a infraestrutura básica da vida: alimentação, limpeza, formas diversas de cuidados. É uma ‘forma’ de luta que, do ponto de vista do repertório, desloca para o centro da coletividade a questão primordial da reprodução: como manter a vida possível? Trata-se mesmo, e assim observamos nas ocupações, de uma ‘domesticação’ da política, atualizada no cotidiano e suas situações, na qual a mobilização coletiva só é possível a partir de uma linguagem doméstica da reprodução da vida e cuidado com as relações” (Moraes, 2018, p. 10-11)⁵³.

E, mais curiosamente ainda, mas talvez não tão surpreendente assim, é que *ao mesmo tempo* que o novo autonomismo – de inspiração francamente zapatista e ameríndia (idem, p. 10) – se reforma na sua forma convocatória, também a “nova direita” o fazia de forma silenciosa:

“Para descrever a atuação da rede formada pelas organizações contemporâneas, Hélio Beltrão Jr., como ressaltou Marinho, recorre acertadamente à metáfora da estrela-do-mar. Com altíssima capacidade

53 Devemos ser justos. Na perspectiva de Moraes, esta nova forma ataca o centro – ou um centro – do neoliberalismo, a ideia de “gestão da vida”: “De certa forma, a tecnologia política das ocupações ataca um dos sistemas centrais de funcionamento do neoliberalismo: os governantes querem nos convencer de que eles têm o monopólio técnico e especializado de resolver nossos problemas” (Moraes, 2018, p. 10). Uma reflexão detalhada sobre a insurgência contra a *gestão* (dos transportes, dos territórios, da vida) está em Arantes, que ficou atento para a armadilha da palavra contida na ideia de “gestão popular” (2021 [2014], p. 104-108). No entanto, ainda acho curioso que Alana Moraes tenha recorrido ao plano “doméstico” para ativar a ideia de insurgência contra a “gestão” neoliberal (de Fernando Haddad, o prefeito contra os 20 centavos). Teríamos aqui uma alternativa à secular divisão político-masculino/doméstico-feminino (cf. Strathern, 2006) a partir de um feminismo-contra-o-Estado? Se for o caso de uma certa inspiração stratherniana, imagino o porquê de a “soberania dos corpos” passar a ser um canal de resistência, uma vez que a identificação entre masculino e político sempre se pautou por uma certa ideologia de identificação entre a ideia abstrata de sociedade e a ideia concreta de Estado. Nesse ponto, sob qualquer perspectiva feminista a armadilha do Estado enquanto princípio (aquilo mesmo que Clastres identifica na Polis Grega em a *Arqueologia da Violência* [2003]) deve ser desmontada. Não tenho como desenvolver este ponto aqui, mas seria interessante perguntar: como ficaria um Clastres “da tortura nas sociedades primitivas”, onde a lei é “este corpo não te pertence”? Fico devendo uma reflexão.

de regeneração, a estrela-do-mar pode perder um de seus ‘braços’ e não apenas reconstituir outro no lugar como o ‘braço’ que foi perdido tem a capacidade de gerar espontaneamente outra estrela-do-mar. Assim, ao contrário do que ocorria com a rede de think tanks pró-mercado existente até a metade dos anos 2000, em que a atuação das organizações era centralizada em empresários específicos e dependia deles para funcionar, como bem demonstrou o declínio do Instituto Liberal depois do falecimento de Donald Stewart Jr., os militantes passaram a se organizar de modo descentralizado e a se mobilizar sem dispor de grandes recursos iniciais, apenas fazendo uso intensivo de suas redes na internet e fora dela” (Rocha, 2021, p. 128-129).

A história que Camila Rocha conta parece ter sido escrita através de um espelho – *até certa hora*. Movimentações de uma direita liberal que tentava se organizar e sempre se fragmentava; personagens desconhecidos que se juntavam a outros não tão desconhecidos assim, às vezes orbitando alguma estrutura mais estabelecida, como uma organização internacional ou institutos ligados a empresários e políticos⁵⁴. Se trocássemos “liberal” por “horizontal”, “privatista” por “comunitarista”, “olavismo” por “xamanismo”, “Mises” por “Graeber”, “Atlas Network” por “zapatismo”, “fórum do Orkut” por “assembleia na FFLCH”

54 Por certo isso muda depois de junho de 2013, quando o “topo” vê a possibilidade de instrumentalizar uma “direita apartidária”. Curiosamente uma das iniciativas que mais promove organizações que atuam nos protestos de 2015 e 2016 é o Instituto FHC, como mostra a ótima matéria de Marina Amaral, “A Nova Roupas da Direita”, publicada ainda em 2015 (<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>). Além de antecipar boa parte dos elementos levantados posteriormente por Camila Rocha, esta matéria mostra de maneira mais clara as ramificações e nós entre agentes domésticos e internacionais no ativismo da “nova direita”. Não podemos esquecer que figuras ligadas ao PSDB foram absolutamente essenciais nesse processo, e portanto tenho lá minhas dúvidas se se trata de uma “nova direita” ou de uma nova roupa para a velha. É notável, por exemplo, que figuras tais como Marco Antônio Villa, antes ligado a José Serra, e Reinaldo Azevedo, ligado à família Neves (particularmente à irmã de Aécio Neves, Andrea), se notabilizaram por traduzir para o rádio e imprensa escrita uma fórmula de jornalismo policial adaptada ao político, se caracterizando pela galvanização do ódio sobre o PT. Mas, mais impressionante é a outra “ponta da pinça”, surpreendentemente pescada por Tales Ab’Saber em um artigo escrito por Fernando Henrique Cardoso em 2011: “Enquanto PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influência sobre os ‘movimentos sociais ou o povão’, isto é, sobre as massas carentes e pouco informadas, falarão sozinhos. Isto porque o governo ‘aparelhou’, cooptou com benesses recursos as principais centrais sindicais e os movimentos organizados da sociedade civil e dispõe de mecanismos de concessão de benesses às massas carentes mais eficazes do que a palavra dos opositores, além da influência que exerce na mídia com as verbas publicitárias. (...) Existe toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de classe C ou de nova classe média. (...). Pois bem, a imensa maioria destes grupos sem excluir as camadas de trabalhadores urbanos já integrados ao mercado capitalista está ausente do jogo político-partidário, mas não desconectada das redes de internet, Facebook, YouTube, Twitter, etc. É a estes que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente (...). A corrupção continua a ter o repúdio não só das classes médias como de boa parte da população (...). Seres humanos não atuam por motivos meramente racionais. Sem a teatralização que leve à emoção, a crítica moralista ou outra qualquer cai no vazio” (Apud Ab’Saber, 2018, p. 69-70). Como vimos, a análise de FHC deve ter surtido efeito.

e por aí vai poderíamos bem estar contando a trajetória de alguém do outro lado. No mais, a semelhança para na forma, e no tempo, pois é evidente que além dos propósitos serem completamente diferentes, vimos quem na hora H contou com a simpatia dos de cima para “ir em frente” e quem simplesmente resolveu recuar para *não trair a forma*. Já estou falando aqui de 2013. Antes, pelo que é narrado pelo próprio MPL, a Revolta do Buzú (Salvador, 2003) “flopou” por ter sido capturada por entidades estudantis organizadas e partidos; já em Florianópolis (2004) o movimento – que nasce de uma dissidência trotskista do PT e outros – se fixou na *forma* do levante conseguiu se consolidar no MPL e aí coordenar sua estratégia “para a década” (ver MPL, 2013).

Como vimos, após alguns dias de manifestações São Paulo se tornou uma zona de profusão de manifestações⁵⁵. Ainda assim, nos dizem 2 de seus integrantes que

“se a tática é eficiente, o salto organizativo já nasce castrado e vai existir apenas como vislumbre. A breve perda de poder sobre as ruas permite entrever *outro poder*, um poder popular, tão palpável quanto inalcançável naqueles dias. Ao existir justamente na tensão entre uma minoria altamente organizada e uma maioria não organizada, a revolta popular limita a si mesma. Pois ao mesmo tempo que na luta contra o aumento de São Paulo a população agiu diretamente sobre sua vida, não é menos certo que existia um comando que decidia o que fazer. Se depois de junho uma parte da esquerda avaliou que o problema no processo era a carência de uma ‘direção revolucionária’, nos parece o contrário: nas revoltas contra o aumento, o que falta – e por isso se trata de *revoltas* – é horizontalidade, ou seja, poder direto dos que estavam nas ruas sobre o que estavam fazendo, algo que depende da existência de estruturas enraizadas no dia a dia dos trabalhadores” (Martins e Cordeiro, 2014).

Ainda assim, e ainda que

“era difícil prever o que poderia ocorrer [...] caso a classe dirigente não houvesse revogado o aumento das tarifas”; “a situação poderia sair completamente do controle das autoridades constituídas (e destituídas!)” (idem, *ibid.*), foi isso que ocorreu: “Foi precisamente isso que aconteceu em São Paulo quando, em junho de 2013, o povo, tomando as ruas, trouxe para si a *gestão da política tarifária do município* e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos” (MPL, 2013, p. 20; grifos meus).

55 Nos dias 18 e 19 de junho os protestos se descentralizaram de fato, e espalharam-se pela cidade os quebra-quebras e os saques. O Movimento não conseguiu sequer conduzir o início da manifestação e era impossível ter ideia de tudo que se passava. Enquanto centenas de milhares de pessoas tomavam a avenida Paulista e a Consolação, o centro de São Paulo torna-se uma espécie de zona liberada: ocorrem numerosos saques a lojas de grandes cadeias, um carro da Record é incendiado, fachadas de bancos e vitrines saem destruídas” (Martins e Cordeiro, 2014).

Se entendi bem, o “recuo tático” do MPL foi embalado pela resposta do “poder constituído” (no caso Haddad), justamente visando a estratégica *preservação da forma*.⁵⁶ De maneira resumida, o MPL se retirou do foco das manifestações *nas ruas* buscando preservar sua *forma de organização*, temendo produzir amálgamas que desfigurariam sua horizontalidade, autonomia, apartidarismo etc.⁵⁷

É verdade que a maior parte das discussões sobre vitórias, impasses e derrotas a partir da experiência do MPL se foca na questão da forma e do processo⁵⁸. Menos se discutiu a respeito da *demanda*, que é objeto de uma reflexão mais apurada tanto de Arantes (2021 [2014]) e de Pedro Arantes (2014) quanto do livro recém-publicado de R. Andrés (2023). De maneira mais ampla, o quadro que diz respeito à ligação entre o sofrimento urbano no transporte e a luta, senão “de classes”, “geral da classe trabalhadora”, parece ser um ponto comum entre os que defendem as inovações políticas de 2013. De certa maneira, isso me soa um certo “ar de familiaridade” com certas posições totêmicas em que se produz uma relação metonímica entre indivíduo e classe na “ordem do acontecimento” (cf. Lévi-Strauss, 1986, p. 41), tomando novamente como problema a questão da *representação*. Seria, de certa forma, o deslocamento de uma forma identitária para o *transporte*.

56 Sobre o recuo pós-2013 comparado com o avanço das hordas bolsonaristas ao *palácio* em 2023 e pensado como um “paradoxo gerado pelo espelhamento e inversões entre insurgências de esquerda e direita”, ver o ótimo ensaio de Pedro Arantes et al., no prelo.

57 Nesse sentido ver o ponto levantado por Martins e Cordeiro (2014): “E não foi apenas em um de seus polos (a rua) que se esgotou a tática de revolta; o mesmo acontece com o outro (o coletivo organizado): descolado do processo de mobilização, o grupo que ocupou o papel de direção perde o sentido. Quando cai a tarifa em São Paulo e outras centenas de cidades, a forma organizativa da direção das revoltas contra o aumento completa sua empreitada, que se desenhava a cada ano: abrir uma fissura no consenso. Orientado por e para as revoltas, o formato assumido pelo MPL perde seu lugar. Talvez por isso, muitos dos coletivos que dirigiram grandes jornadas de luta e alcançaram vitórias procuraram, em seguida, reformular sua atuação. Todavia, é possível enxergar práticas que indicam uma forte tendência a insistir no antigo papel de direção. Por um lado, aquele grupo que esteve ligado a algo muito maior que se volta para a manutenção de sua própria estrutura: para continuar existindo, ele se isola cada vez mais das lutas sociais e de seus lutadores. Por outro lado, acelerado pelo ritmo dos acontecimentos na revolta, ele desperdiça cegamente suas forças na ânsia em responder às crescentes cobranças de um jogo político em que recentemente foi considerado ator – incluindo aí os pedidos de entrevista e de posicionamento, a assinatura de variados manifestos e ações, as pesquisas acadêmicas, os convites para mesas e palestras, o interesse dos gestores públicos e privados. O reconhecimento pelos demais “atores políticos” transmite à organização a dinâmica desse teatro. Se ela não tem um novo horizonte, inevitavelmente se apega ao passado e reafirma a forma morta – sobra apenas uma marca a ser administrada”.

58 Que evidentemente não são questões banais, muito pelo contrário. Muito debate em torno disso foi feito nos últimos 130 anos pelo menos, e foi e é o centro de embates no interior do marxismo, de Lenin a Rosa Luxemburgo, do partido como vanguarda à ideia de “tomada de consciência na ação”, da organização à auto-organização. Não tenho nem competência nem espaço para tratar disso, até porque o problema todo dia tem merecido mais algo a respeito. Para ficar no campo de alguém já citado aqui, vale a pena ver a ampla discussão que Nunes (2023) faz do problema.

Curioso notar que, ainda em 1978, Da Matta assim percebia o problema do quebra-quebra nos transportes públicos:

“A especificidade do quebra-quebra (o nome é por si só significativo, indicando talvez a capacidade de destruir), a par de poder se constituir numa reação às condições gerais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil (...), jaz nesse tipo de reação moralizadora, onde a ação concreta é informada por uma reação moral, justa, quando os ‘fracos’ estão indignados contra a ação aviltante dos ‘fortes’, sejam eles representantes do Estado ou particulares. Longe, pois, de ser uma reação situada para a turba no plano ‘político’, como um domínio individualizado e definido pelas pressões ditadas pelas representatividades de grupos ou classes sociais, tal como vê o observador situado fora dos acontecimentos, o ‘quebra-quebra’ parece ter sua especificidade no fato de ser um movimento onde o chamado ‘político’ é abrangido e se embebe no plano da moralidade, ficando conseqüentemente a ele subordinado. A massa, então, não estaria reagindo somente contra alvos específicos, num plano de percepção abstrato, ‘político’, no sentido de valores, estratégias, ou alvos racionalmente dados, mas contra os intermediários que provocam sua espoliação enquanto pessoa moral, isto é, um ser dotado de alma e de direito básico ao respeito, à consideração e a um tratamento humano. Daí, certamente, a associação clássica da ação da multidão contra os intermediários (comerciantes, lojas, meios de transporte), e não contra os produtores. De qualquer modo, é preciso não esquecer essa importante associação entre a festa, como um domínio especial, e as alternativas de ação que ela pode abrir, seja para voltar satisfeito ao cotidiano, seja para transformá-lo” (Da Matta, 1978, p. 39-40).

Ora, o que ele está mostrando aqui é exatamente a ideia de que no Brasil se formou um padrão de violência entre uma horda outsider contra *intermediários*.

Pois bem, a questão que Marilena Chauí mobiliza toca no cerne do problema da representação/intermediação. Para ela, que escrevia em “tempo real”,

“o MPL é constituído por militantes de vários partidos de esquerda [mas não somente] e, para assegurar a unidade do movimento, evitou a referência aos partidos de origem. Por isso foi às ruas sem definir-se como expressão de partidos políticos, e em São Paulo, quando, na comemoração da vitória, os militantes partidários compareceram às ruas foram execrados, espancados e expulsos como oportunistas – sofreram repressão violenta por parte da massa” (Chauí, 2013).

A persistência na forma, assim, abriu os poros para a comunicação intrusiva entre uma ética privada e outra pública, refletida na moralidade política. Então, ela segue:

“de fato, a maioria dos manifestantes, reproduzindo a linguagem midiática, falou de ética **na** política (ou seja, a transposição dos valores do espaço privado para o espaço público), quando, na verdade, se trataria de afirmar a ética **da** política (isto é, valores propriamente públicos), ética que não

depende das virtudes morais das pessoas privadas dos políticos, e sim da qualidade das instituições públicas enquanto instituições republicanas” (Idem; grifos da autora).

Porém – ainda seguindo o argumento de Chauí –, a recusa ao político como representação intermediada (pelo partido) entre indivíduo e Estado, não mencionou um substituto, pois simplesmente supôs o contato direto entre individualidade, rua e poder, achatados justamente na indistinção das éticas privada e pública. Este é um espectro muito claro quando pensamos nas hordas de direita, com suas demandas privatistas e anticorrupção ocupando os espaços de manifestação. Mas e a esquerda? Os movimentos que estavam lá sozinhos dias antes?⁵⁹ O problema não se resumiu à preservação da forma através do recuo tático, deixando um vácuo para ser ocupado pela direita. Havia algo antes que estava plasmado por todos. Mesmo que os movimentos autonomistas retomem um ponto histórico de lutas anteriores – o dito “horizontalismo” –, é uma questão saber também se a *forma de convocação* realizada a partir do MPL em junho de 2013 não transformou a organização horizontal em um outro tipo de movimento. Marco esta data para deixar claro que o MPL não nasceu do Orkut, ainda que me pareça que sua capilaridade entre 2004/2005 e 2013 tenha sim se realizado, em parte, nas redes sociais. Também acho problemática a hipercentralidade que algumas análises dão ao MPL sobre os acontecimentos de 2013, pois a própria “forma horizontal” funciona como caixa de ressonância para que outras redes e nós ativem agenciamentos similares na forma de forma sincronizada (cf. Moraes et al., 2014, outras redes e em vários locais).

Tenho a impressão de que sob uma outra perspectiva Alonso (2023) viu o “bigbang” de vários movimentos que brotaram daquilo que ela chama de “zonas de conflito” abertas nos (e contra os) Governos Lula/Dilma. Ainda que cada uma tenha ganhado dinâmica própria e produzido seus filhotes, parecem ter reencontrado algum sentido comum em 2013. Qual seria este? Guardadas as devidas diferenças, quem dava a pista era Steve Bannon em 2016: “Roma é, de novo, o centro do universo político”, prossegue Bannon. “Aqui se produz um evento único. Aqui, os populistas de direita, e os de esquerda, aceitaram deixar de lado suas diferenças e se uniram para devolver aos italianos o poder usurpado pelo partido de Davos. É como se Bernie Sanders e Donald Trump entrassem num acordo” (apud Empoli, 2019, p. 32). É verdade que se pode alegar que esta é uma versão da hipótese “ovo da serpente” – o inimigo comum, afinal, seria o PT. Mas eu acho que vai além, seguindo a pista de Chauí: o inimigo comum é *um* Estado, visto sob perspectivas múltiplas: há quem

59 Aliás, estavam mesmo sozinhos? Apesar de alguns falarem nas greves que antecederam Junho de 2013 como um marco; nos movimentos como a Marcha das Vadias, da Maconha, etc., cabe lembrar que desde 2011 também explodiram as manifestações contra a corrupção – e com personagens que se tornariam bastante conhecidas, como as Ex-Femens Carla Zambelli e Sara Winter.

enxergue nele a foice nas liberdades individuais, há quem enxergue nele o martelo na conjuração da potência nômade.

Ainda assim, há consequências quando a *forma* que essa insurreição toma vem da *rede*. Afinal, não estamos falando nem de milícias norte-americanas se armando *contra o Estado* no século XVIII nem dos iroqueses que inspiraram Morgan, Engels e Marx a ver *ausência de Estado* via matrilinearidade. Como bem mostra Adam Curtis no seu incrível documentário *Hypernormalization*, ao passo que utopistas californianos saídos do *dropout* de Timothy Leary acharam que nos anos 1980 o *cyberespaço* seria um refúgio da política, alguém esqueceu que a *rede* era uma invenção da ARPANET para troca de dados militares sigilosos em fins da década de 1960, e que a RAND Corporation estava criando espelhos exatos da (des)organização dos libertários da *net* para fins que atendiam ao mesmo tempo a doutrina militar e o sistema financeiro dos EUA⁶⁰. Não é à toa que a turma da teoria dos jogos, toda orbitando a cibernética e seus mecanismos de feedback operava com o mantra “eu penso o que você pensa sobre o que eu estou pensando...”, e isso virou protocolo de A a Z, dos cálculos nucleares aos cálculos financeiros, todos rodando nos supercomputadores que ligavam os bancos e o Pentágono. Mais tarde, isso se aproximou muito ao que os teóricos da *netwar* chamaram de “redes multicanal” (Arquilla e Ronfeldt, 1996)⁶¹, localizadas justamente no caso prototípico do... zapatismo⁶².

60 A ARPANET (acrônimo de Advanced Research Projects Agency Network, criada em 1969 e com acesso ampliado a agências e organizações civis em 1981, se tornando aquilo que conhecemos por internet) surgiu de um *design* de protocolos de comunicação desenvolvido por cientistas da RAND (acrônimo de Research and Develop, uma corporação de Estado fundada em 1948, cujos principais acionistas são o Departamento de Defesa, a Força Aérea e o Exército dos EUA), cuja finalidade era estabelecer a forma definitiva de uma rede de comunicações descentralizada que poderia operar mesmo sob ataque nuclear soviético – já que “não tem cabeça” (Baran, 1962). Não demorou para estes protocolos se tornarem um modelo de “engenharia social”, sendo observadas primeiramente aplicações na organização militar que então batia cabeça com guerrilhas foquistas e insurgências igualmente descentralizadas e espalhadas pelo “3º Mundo” e cuja forma inspirava a engenharia reversa que a RAND estava pensando.

61 Relendo as redes de Baran etc., cf. nota anterior. É bem sugestivo que durante uma live recente no *Opera Mundi*, durante a explicações do que seriam as redes nas organizações “nem verticais nem horizontais” de Rodrigo Nunes, tenha sido colocado exatamente o esquema que saiu da defesa nuclear de Baran na Rand e posteriormente apropriado, entre outros, por Korybko (ver <https://www.youtube.com/watch?v=mGJ6IPyNH3w>, aos 21’50”).

62 Seu maior teórico é o cientista político da RAND corporation John Arquilla, ex-executivo de finanças que foi trabalhar no US Department of National Security Affairs, com uma longa lista de serviços prestados nas guerras do Golfo, Kosovo, Iraque e Afeganistão, sendo ainda assessor direto de Donald Rumsfeld (Secretário de Defesa, 2001-2006). Já em 2001, revendo um texto de 1996, ele mostrava ligações entre as formas zapatistas e os movimentos ocorridos em Seattle em 1999: “Our recent study *Swarming and the Future of Conflict* (2000) is mainly about developing a new military doctrine for wielding “hard” power, but it generally advances our view that swarming is likely to become the dominant approach to conflict across the spectrum, including among netwar actors. While the Zapatista study provided early evidence for this, short opinion pieces on the military war in Kosovo (1999) and the activist “Battle for Seattle” (1999) identified new cases” (Arquilla e Ronfeldt 2001: 3). Como ele também mostra a netwar não só diz respeito ao zapatismo, mas também à sua contra-efetuação: “The Zapatista leader,

Mas o que acontece com esse zapatismo fora de Chiapas, mas dentro da internet? A centralidade da *rede*, identificada (a meu ver corretamente) por Chauí como *forma convocatória*, coloca uma questão problemática: o sujeito mobilizado parte da posição de um *usuário*, que está alienado do processo, mas ainda se sentindo plenamente realizador deste. Esta operação de alienação + realização plena só pode ser obtida se imaginarmos que um “excedente” foi agregado a um significante, como diz Lévi-Strauss, “flutuante” (2003 [1950]). E tal como o *mana* trobriandês, acaba produzindo um “suplemento mágico” ao evento, e tornando este a forma final de seu interesse, isto é, o evento se torna o objetivo final (voltarei a isso). Esta foi a exata descrição que tive de uma militante do PSOL que foi para rua “pelo evento”, pois “simplesmente não tinha a menor ideia do porque aquilo estava ocorrendo”⁶³. Só que muitos tinham, especialmente as/os que se tornaram os protagonistas de 9/10 análises e reportagens, o pessoal do MPL, que crava que “não foi um raio em céu azul”, isto é, foram anos de planejamento (cf. Judensneider et al., 2013; Monteiro, 2023). De Marilena Chauí a Pablo Ortellado, de Manuell Castells a Paolo Gerbaudo, notou-se que havia na *forma de mobilização em rede* algo que produziu a ignição⁶⁴.

Então vamos lá: do mesmo modo que não podemos dizer que 2013 foi uma maquinação da CIA, não podemos dizer que os 12 milhões ou 16 milhões, a depender da estimativa⁶⁵ estavam lá só pelo passe livre; nem só pela “questão urbana”; nem só

Subcomandante Marcos, even averred in 1999 that netwar described the Zapatista movement, and that counternetwar instructed the strategy of its military and paramilitary opponents. For its part, the high command of the Mexican military also espoused admiration for the concept during 2000”. (Idem, *ibid.*). De forma bastante sintomática, ainda sugere que “Both the Zapatista and the Mexican army leadership had read the RAND report analyzing the Zapatista movement as a case of social netwar” (Id., *ibid.*, n. 4). Para ver como conceitos e práticas militares ocorrem “em espelhamento”, ver Leirner (2022).

63 Hoje antropóloga, em 2013 estava com 16 anos.

64 Nesse sentido, é interessante a descrição de Moraes et al.: “O dia 13 foi o ponto da virada. O rumo da onda de protestos que começou com o primeiro ato do MPL (06 de junho) havia mudado. Um estudo de Interagentes mostra que o MPL perdeu a liderança nas chamadas e conversas online após a violência policial. Perderia também o protagonismo das ruas a partir do ato do dia 17 de junho. O Brasil registrou, entre o 13 e o 17 de junho, um dos maiores volumes de tuítes da história. Um estudo de PageOneX.com visualiza uma explosão gigantesca, uma poderosa onda subjetiva e emocional nas chamadas mídias sociais. (...) No sábado, dia 15, aconteceu um episódio importante, que depois passaria despercebido em meio ao caldeirão emocional da revolta “vândala”. Alguns movimentos sociais mais tradicionais – entre eles a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – fizeram manifestações em Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro contra a Copa das Confederações. A novidade foi que alguns membros destes movimentos pediram colaboração a alguns hacktivistas do Anonymous. Teve lugar uma reunião na rede de chat encriptado CryptoCat, em uma sala chamada Garrincha, entre hacktivistas e militantes. Ninguém dos movimentos clássicos que estava dialogando na sala Garrincha sabia que o nível de viralização, dentro do contexto da onda do Passe Livre, iria ser galático” (2014: 12-13).

65 Cf. Fala de Pablo Ortellado no seminário da Filosofia/USP: <https://www.youtube.com/watch?v=TosKBvLonMY&t=7732s>.

“contra a corrupção”, nem só por algum dos 30 temas (além do “outros”) etiquetados e agrupados em 7 chaves por Andrés em 6183 cartazes que apareceram em 4128 imagens coletadas (Andrés, 2023, p. 285 e ss.)⁶⁶. Como ele mesmo coloca, “as ruas acabaram por espelhar a forma de funcionamento das redes, em uma dinâmica de retroalimentação” (idem, p. 284). Nesse sentido, tal como a dinâmica de plataformização induz a uma espécie de fetichismo na relação do “populismo digital” (Cesarino, 2022), com a noção de que estamos “a um tuíte do Presidente”, aqui tenho a impressão de que “a rua estava a um post do meu Facebook”. Para que toda essa profusão individualista se amalgamasse, podemos ter em mente que a pré-condição é que cada um estava lá *pelo seu motivo e pela forma como foi mobilizado*. Pelo que eu mesmo pude ver, em tempo real, o que mais aparecia lá era a “primeira pessoa”, seja nos pronomes em sua forma positiva (o “meu”), seja na ideia negativa do “não me representa”⁶⁷ – e por fim, Junho de 2013 parece mesmo ter sido a pá de cal na aura da política como *representação*, e a potencialização da emergência das soluções mágicas a partir de poderes não eleitos, especialmente militares e juízes⁶⁸.

Ainda que eu seja 1/16.000.000 – e no caso o meu “eu” ali foi pura curiosidade etnográfica, pois tal como a nossa militante do PSOL eu então não via muita coisa naquilo, mas diferente dela me vi um tanto deslocado por uma “razão etária”⁶⁹, digamos assim –

66 Cabe notar que no livro Andrés não dá muitas pistas sobre os critérios de coleta e classificação dos cartazes, mas na tese isto está especificado no “anexo 1” (Andrés 2022: 462 e ss). A coleta foi feita nas redes, na imprensa e através do envio voluntário de fotos, e além dos nomes e dos locais elas foram “tagueadas” e agrupadas: “As tags foram agrupadas em categorias, que por sua vez foram reunidas em 6 grupos temáticos: Serviços Públicos; Questões Urbanas; Política e Democracia; Anticorrupção; Direitos, Costumes e Ambiente; e Copa do Mundo. A esses grupos foi adicionado um sétimo, que reúne cartazes relativos às próprias manifestações, denominado Protesto. Estes 7 grupos reúnem mais de 5.000 cartazes, havendo muitos cartazes que compõem mais de um grupo” (idem, *ibid.*).

67 Para um ótimo ensaio sobre esta nova ideia de (não)representação, ver Monica Stival (2016). Como ela bem coloca, “Quando demandas mais amplas não se fazem ouvir, diz-se que há uma crise da representação... (ou aparece a descrença política, como mostram os números das abstenções eleitorais). Não seria essa crise a descoberta de que a representação, tal como a maioria de nós (os representados) a pensamos hoje, e principalmente tal como a vivemos, não se refere a construções efetivamente coletivas, não coloca em cena um voto que se pautar por alguma identificação que ultrapasse o juízo autônomo sem lastro público? (uma coisa é exprimir opinião individual, outra coisa é exprimir opinião formada individualmente...). Se a mediação que a representação exerce já é problemática por si mesma, talvez ela o seja mais ainda quando faz a mediação entre indivíduos e Estado, e não coletividades/comunidades e Estado”.

68 É bom sempre lembrar que os próprios políticos não colaboraram: a primeira atitude do PSDB depois da eleição de 2014 foi contestar o resultado e pedir recontagem dos votos. A falência da representação a essas alturas já estava endossada *pelas ruas*.

69 Na época estava com 44 anos e um filho de 1, fazendo as malas para ficar até 2014 em São Gabriel da Cachoeira (AM), junto com mulher, este mesmo filho e em companhia de tukanos que eram na sua maioria do movimento indígena do alto Rio Negro, para os quais na época junho de 2013 simplesmente não existiu. Me parece sintomático que esta data sequer apareça na tese dela – sobre política indígena e movimentos sociais na região (Iubel 2015). Fui às manifestações em São Carlos (SP), onde havia um movimento do “pula catraca” (se não me engano era esse o nome) mas, principalmente, fortíssima representação estudantil – no final das contas acho que somando, USP e UFSCar representavam uns 10%

encontrei um certo eco no depoimento de Bruno Torturra, jornalista então da Mídia Ninja, veículo que protagonizou um “efeito de rede” nas manifestações, e, me parece, entusiasta das possibilidades abertas pelo evento⁷⁰. Segundo ele, retomando os primórdios das manifestações na “Marcha pela Maconha”,

“Acho que o que mudou ali foi, novamente, uma nova forma de convocar as pessoas, com uma estética, com um léxico, com uma proposta com uma certa ingenuidade e voluntarismo (...) Essa marcha [uma 2ª?], foi ali que fiz pela 1ª vez uma transmissão ao vivo (...) Com um equipamento muito complicado, junto com o Fora do Eixo, que me ajudou com infraestrutura, de pessoas que estavam dispostas a ajudar a se comunicar. Essa transmissão foi vista por 100.000 pessoas no fim do dia. Eu voltei para casa mais em choque ainda. Olha o tamanho do que a gente tem na mão de possibilidades, tem um território inexplorado com essa nova possibilidade. Aí uma coisa que para mim é muito clara: o quanto que a política, no fim das contas, de muitas formas é propriedade emergente das nossas capacidades de comunicação, a hora que a comunicação abre um território novo – que seja técnico – tem um choque exatamente na política (...) Essa capacidade nova de hiperconexão que produziu efeitos muito radicais em 2 anos, antes de chegar em junho. (...) Antes de junho muitas manifestações foram convocadas assim. (...) Simultaneamente a isso (...), fora das manifestações o grande evento que ocorreu foi a emergência do perfil (...). O perfil é o sujeito midiático, o veículo midiático. (...) Nos últimos 10 anos houve uma intensificação absurda da interação entre os perfis – não entre os indivíduos. Acho que junho [de 2013] foi, de muitas maneiras, a emergência do perfil como um dos protagonistas de rua”

Até que chegamos na explosão das manifestações. Continua ele:

“Mas no dia 17, acho que o que aconteceu... não é que deixou de ser sobre 20 centavos, sobre a pauta do MPL. Mas foi o desrepresamento de uma necessidade de expressão física de algo que estava acontecendo de maneira muito forte, muito libidinosa, nas redes sociais, como experiência subjetiva mesmo. (...) Porque acho que uma das grandes forças daquele momento foi a produção subjetiva em massa em muitas pessoas, que estavam na rua ou vivendo isso de maneira muito intensa em rede social, e através dessa nova entidade que é o perfil, o sujeito midiático, isso deu uma desorganizada absoluta no ambiente midiático que estava estruturado até então. Essa crise midiática produziu o dia 17 (...). Eu me lembro do Largo da Batata, antes da gente marchar, antes da gente sair. Eu lembro que eu tutei algo que até hoje eu acho que era verdade: aqui tem anarquista, punk, comunista, gente desavisada, tem classe média de direita, tem patriota e tal, muita gente se odeia aqui e ainda não descobriu.

a 15% da população da cidade. Antes (e depois) disso houve muita ação de coletivos na Universidade (e participei de várias), e ali estavam explícitas, mais do que qualquer questão, as bandeiras do “meu corpo” e do “não me representam” – que motivaram, inclusive, Monica Stival a escrever seu ensaio (cf. nota 67).

70 Hoje, tal como a supracitada Alessandra Orofino, parte da equipe do Greg News.

Por isso eu acho que aquele milhão de pessoas foi possível. Nunca mais a gente conseguiu colocar 1 milhão na rua(...). Porque não havia uma coisa... uma narrativa... porque era uma necessidade múltipla, muito parecida na minha opinião com uma timeline. Quando a gente andava lá tinha todo tipo de mensagem, todo tipo de cartolina. Mas me lembrava muito uma timeline mesmo, porque tinha piada, tinha pautas múltiplas, tinha gente falando muito mal da imprensa, falando mal de polícia militar (...), tinha gente botando o próprio link das suas redes sociais, e tinha algo também muito decisivo, que começou ali e se intensificou, e para mim desemboca no Bolsonaro não por causa de Junho, mas por causa da desregulação do perfil mesmo, que é o narcisismo como uma força muito decisiva na motivação e na performance de rua. Era uma quantidade muito grande de selfie, de auto-post, de foto de si mesmo para o compartilhamento num ambiente social que era novo, que era o cyberspaço, uma conversa pública com uma economia social completamente diferente”⁷¹

Se é verdade que Torturra fala de um ponto de vista específico, tenho a impressão que esta é uma daquelas especificidades privilegiadas. De certo modo, como protagonista e como militante interessado no evento, mas também como agenciador da forma-rede que justamente galvanizou a convocação de que nos falava Chauí; rede que, como ela mesma colocou, “só se interessa pelo evento”⁷². Há muitas dimensões nessa ecologia das redes que não tenho como abordar aqui, mas podemos engatar – ainda que de maneira que talvez seja insuficiente – na ideia de que a plataformização é meio caminho andado para o estabelecimento de formas de comunicação baseadas em “significantes flutuantes” e “cadeias de interdependência”, como bem aponta Letícia Cesarino (2020; 2022) ao retomar E. Laclau⁷³. Para este (2005) o ponto está em significantes que tendem a ser objetos de disputa em “cadeias de equivalência”, cujos sentidos minimizam diferenças particulares e estabelecem identidades até uma virtual totalidade (por exemplo, a “rua” como [cadeia] equivalente a “povo” e a “democracia” foi, no Brasil, disputada por diferentes “donos”⁷⁴).

Se para Chauí isso significou um movimento que evoca a *magia* – para ela corporificada na imediata satisfação do desejo disponível ao “usuário” –, entendo que a

71 Depoimento dado no seminário da Filosofia/USP: <https://www.youtube.com/watch?v=TosKBvLonMY&t=7732s>. Para uma análise das redes e suas mídias, bem como dos perfis que estavam nas ruas, ver Avritzer (2016, cap. 3).

72 No mais, não podemos esquecer que antes do “click” ser resultado de um botão apertado pela esquerda, o modelo de *ativismo em rede* já estava sendo usado aqui no Brasil com muito mais potência por liberais e olavistas (Rocha, 2021).

73 Evidentemente Cesarino vai além do “populismo digital”, chegando no que é, a meu ver, o ponto central de todo este enredo: um processo de cismogênese (ver nota 49). Isto é, não é possível aqui separar alhos de bugalhos, o que alguém faz num contexto tem relação sincrônica com o que seu alterego faz em outro, e assim os contextos se “hibridizam”, produzindo outro elemento agregado a este, que Bateson chamou de “duplo-vínculo” (cf. Leirner, 2022).

74 Para Laclau, portanto, um significante flutuante é algo sempre em disputa, retrazendo assim um quadro que volta ao problema das crises de hegemonia tal como pensadas por Gramsci.

realização mágica do desejo do *usuário* só possa ter ocorrido nesses parâmetros justamente porque este estava em alguma medida já *algoritimizado* e à deriva “do que viesse”, isto é, daquilo que lhe foi apresentado como fim, mas que era meio. Como o *espelho* aqui estava mais para Dorian Gray, a heteronomia do desejo (sua realização através de outrem) nunca passou de uma simulação⁷⁵. De certa forma, seria uma galinha chocando o ovo da serpente. Talvez essa tenha sido a nossa tragédia, no fundo ela pode ter sido ao mesmo tempo uma farsa.

Isto nos faz voltar a um problema aberto antes, acima. Uma vez que a realização desta “magia”, como disse Chauí, é a “satisfação imediata do desejo”, como é que podemos projetar esta operação para tudo aquilo que veio depois dela? A não ser que “ovo” e “serpente” tenham naturezas bem diferentes, me parece que temos que calibrar 2013 no tempo e no espaço se quisermos entender as (des)conexões entre autonomismo e bolsonarismo. Pois se esse ovo chocou, aí sim é o caso de entender quem chocou, onde estava a chocadeira, como a cobra que saiu de lá conseguiu tornar o jardim das delícias horizontais num serpentário, e, inclusive, o que e como o(s) lado(s) oposto(s), o(s) das sementes autonomistas e liberais das novas identidades e cadeias de interdependência acionaram na(s) sua(s) relação(ões) com a(s) serpente(s). Porque então o problema pode ser justamente esse: como é que queremos entender algo se insistirmos em ver apenas cada lado isolado? Será que junho de 2013 não demanda uma análise em que a tal “potência revolucionária” da autonomia esteja em “looping” e “retroalimentação” com a “potência reacionária” da heteronomia? Note-se que isso é bem diferente de pensar numa “revolução que produz uma contrarrevolução”. Assim, quem sabe, talvez o problema não seja de *causa e efeito*, mas, afinal, de uma certa dialética. Não conheço termo melhor para esse tipo de monstro que vimos aqui no Brasil senão um que toca em algo que se tornou um fantasma nesse problema: um *híbrido*.

Desabafo final

Como alguns sabem, há 4 anos escrevi um livro chamado “O Brasil no espectro de uma Guerra Híbrida”. A ideia de “espectro” no título foi proposital: evoca a noção de

75 De certa forma, tomando inclusive a noção de emergência do “perfil” como ator político, não sei se entendi exatamente como isso ressignifica uma noção combinada de “mundo da vida-esfera pública” nos termos que Eugênio Bucci coloca (2016, p. 71 e ss.), ainda que mais à frente no livro ele próprio já fale em um “15 de março de 2015 [como uma] celebração narcisista e autocontemplativa” (Idem, p. 152). Em todo caso, me parece que ele aponta para uma completa desconexão entre esfera pública e Estado – nas suas diferentes temporalidades inclusive, a do espetáculo performático e a do diário oficial, recombina em uma problemática linguagem da violência. Como alguns outros que vimos aqui, Bucci vê descompasso entre este novo mundo e o Estado, inclusive colando na inépcia de Dilma Rousseff uma parte do problema que se originou em 2013 e terminou com sua queda.

“fantasma”, uma imagem sem a consistência de uma coisa real, mas que como espectro se torna o eco de uma ação original que aparece de forma fragmentada ou desbotada em diferentes contextos. Porém, se ligada à ideia inicial aqui pensada, permite-nos distinguir aquilo que se usou como teoria para uma conspiração de uma teoria da conspiração. Como todo eco, algumas coisas aparecem e outras tantas se escondem. Às vezes algumas coisas aparecem para jogar outras tantas 3 camadas abaixo - isso é humano, demasiado humano. Se nosso inconsciente, nossa “psique”, faz isso o tempo todo, por que raios nosso mundo social não faria também? Tudo tenta ser manipulado e nem tudo consegue ser. Isso entrou no alvo do “problema 2013”, porque de fato me parece que há um grande problema acadêmico em tomar a defesa da espontaneidade e da legitimidade do que aconteceu, sobretudo diante da tese do “ovo”.

Para sorte ou azar meu, até agora não tinha entrado nessa conversa - ainda que tenham me colocado às vezes mais diretamente às vezes indiretamente nela. Então cabe dizer que não escrevi um livro sobre 2013 - muito menos se 2013 foi ou não um agenciamento de “senhores da guerra”, como incrivelmente teve gente que “não leu e não gostou” andou dizendo, mas sobre o que militares fizeram nos últimos tempos. Ainda que eu não pense que a guerra híbrida esteja aí para explicar 2013, acho interessante ver que o debate tenha se reduzido a se “foi uma conspiração” ou se é uma “teoria da conspiração”. Do mesmo modo, acho que é preciso entender por que os militares foram o centro das ações políticas nos últimos anos, mas no máximo tenham merecido umas poucas linhas em análises sobre a política brasileira recente; e, quando aparecem, são lidos pela lente da “cooptação por Bolsonaro” ou como espelho de uma “vertebração política”, tipo “centrão fardado”.

Me parecia bastante claro que para analisarmos militares o mais apropriado é pensar a partir de categorias militares. Guerra híbrida é uma delas, certo? Isso é suficiente para entender tudo que aconteceu até agora? Obviamente não. Ainda assim, é melhor do que querer entender a ação militar a partir de elementos tão externos como “olavismo”, “terraplanismo” ou mesmo “bolsonarismo”. Militares pensam o mundo pela lente da guerra, e me parece que descobriram uma forma bastante interessante (para eles) de camuflar seus objetivos dentro de outras áreas sociais. Para entender inclusive como isso passa de um lugar para outro, se dissemina, se alastra, se torna uma outra guerra - de posições - é preciso ir para dentro do problema, não o escamotear com outros termos. Jogar a guerra híbrida para o campo do “ou é tudo, ou é nada” talvez seja o pior dos cenários: no fim, atende a seu próprio propósito de se escamotear como uma “teoria da conspiração”.

E o que 2013, afinal, tem a ver com isso? Na minha hipótese, militares, assim como outros setores do Estado não eleitos, já vinham se mexendo há tempos para aumentar seu espectro de controle na administração da política. Junho de 2013 abriu os olhos deles para algo que já vinha crescendo desde que a transmissão do Julgamento do Mensalão passou a ser um *breaking news* diário na TV e Joaquim Barbosa foi alçado à condição de vingador contra os grandes interesses. Nas manifestações de 2013 ficou claro para estes atores que se abria uma janela para uma figura liminar, *híbrido* de político e militar, espécie de síntese sociológica da guerra engolindo a política, ou, se quiser, atualização simbólica de um golpe ambulante, buscar um caminho à Presidência. Em 2013 eles começaram a produzir o trabalho interno na corporação, reabilitando Bolsonaro nesse novo papel, e depois da eleição de 2014... bem, essa é uma outra história, que aí sim podemos chamar de um capítulo da guerra híbrida brasileira.

Referências

- Ab'Saber, Thales (2018). *Michel Temer e o Fascismo Comum*. São Paulo: Hedra.
- Alliez, Éric & Lazzarato, Maurizio (2021). *Guerras e Capital*. São Paulo: Ubu.
- Almeida, Rafael Antunes (2018). Notas para uma reflexão sobre as “teorias da conspiração”. *Ponto Urbe*, 23, pp. 1-9.
- Alonso, Angela (2023). *Treze. A política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alonso, Angela & Bonelli, Gloria (2023). *Aula Magna PPGS/UFSCar*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vdaFfGKUdtE>
- Altman, Breno & Carlotto, Maria (2023). *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo.
- Altman, Breno (2023). Ruas em Transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In B. Altman & M. Carlotto, *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo.
- Amaral, Marina (2015). A Nova Roupas da Direita. *Apública*, 24/06/2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>.
- Andrés, Roberto (2023). *A Razão dos Centavos. Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*. Rio de Janeiro: Zahar. [Versão publicada de tese com mesmo nome, de 2022, defendida na FAU/USP]
- Arantes, Paulo (2013). O Futuro que Passou (Ivan Marsiglia entrevista Paulo Arantes). *O Estado de S. Paulo*, 22/06/2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/27/o-futuro-que-passou/>.

____ (2019). *O Mundo Como Alvo: uma genealogia da militarização contemporânea*. São Paulo: Sentimento da Dialética.

____ (2021 [2014]). *Depois de Junho a Paz Será Total*. São Paulo: Sentimento da Dialética.

____ (2023). A Terra é Redonda Entrevista Paulo Arantes (com Daniel Pavan). Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-entrevista-paulo-arantes/>.

Arantes, Pedro (2014). Da (Anti)Reforma Urbana Brasileira a um Novo Ciclo de Lutas nas Cidades. In Plínio de Arruda Sampaio Jr. (ed.), *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. [versão eletrônica/PDF cedido pelo autor]

____ (2020). Cidades à Vista: da anti-reforma urbana petista à gestão armada dos territórios. In Santos, Perruso e Oliveira (ed.). *O Pânico Como Política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise*. Rio de Janeiro: Mauad X.

Arantes, Pedro; Frias, Fernando & Meneses, Maria Luiza (No Prelo [2024]). *8/1: a rebelião dos Manés ou esquerda e direita nos espelhos de Brasília*. São Paulo: Hedra.

Arquilla, John & Ronfeldt, David (1996). *The Advent of Netwar*. Santa Monica: RAND.

____ (2001). *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy*. Santa Monica: RAND.

Avritzer, Leonardo (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [versão E-Pub].

Baran, Paul (1962). *On Distributed Communications Networks*. Santa Monica: RAND.

Bourdieu, Pierre & Wacquant, Louic (2002). Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, 24(1), pp. 15-53.

Braga, Ruy (2013). Sob a Sombra do Precariado. In Ermínia Maricato (ed.), *Cidades Rebeldes. Passe livre e as minifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Brasil, MD (Ministério da Defesa) (2023). EB20-MF-07.101 (Portaria – Eme/C Ex N^o 971, de 10 de Fevereiro de 2023). Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/003_manuais_carater_doutrinario/03_manuais_de_fundamentos/port_n_971_eme_10fev2023.html.

Bucci, Eugênio (2016). *A forma bruta dos protestos: Das manifestações de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carlotto, Maria (2013). Decifra-me ou devoro-te. O enigma de junho. *Revista Fevereiro*, 6. Disponível em: <https://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=14>.

____ (2023). Junho de 2013: golpe e revolução. In B. Altman & M. Carlotto (ed.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo.

Castells, Manuel (2013). *Redes de indignação e esperança: esperança. Movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

Cava, Bruno (2022). Sobre a Guerra Híbrida. *Rede Universidade Nômada*, 17/04/2022. Disponível em: <https://uninomade.net/sobre-a-guerra-hibrida/>.

Cesarino, Letícia (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, 1(1), pp. 91-120.

____ (2022). *O Mundo ao Avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo; Ubu.

Chauí, Marilena (2013). As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%EF%BB%BFas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>.

____ (2023). Seminário “Visões de junho” (10/08/23). São Paulo: DF/FFLCH/USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ALZxUP7p9ws&t=2709s>.

Clastres, Pierre (2004 [1980]). *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac & Naify.

Curtis, Adam (2016). *HyperNormalisation* (Documentário). London: BBC.

Da Matta, Roberto (1978). *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Dardot, Pierre; Laval, Christian; Guéguen, Haud & Sauvêtre, Pierre (2021). *A Escolha da Guerra Civil. Uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante.

Dean, Jodi (2022). Tecnofeudalismo: uma defesa. *Blog da Boitempo*, 01/06/2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/06/01/tecnofeudalismo-uma-defesa/>.

Deleuze, Giles & Guattari, Felix (1997 [1980]). *Mil Platôs* (Vol. 5). São Paulo: Ed. 34.

Dieguez, Consuelo (2022). *O Ovo da Serpente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Dumont, Louis (1975). *Introducción a Dos Teorías de la Antropología Social*. Barcelona: Anagrama.

Durand, Cédric (2020). *Techno-féodalisme. Critique de l'économie numérique*. Paris: Zones.

Empoli, Guiliano Da (2019). *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo: Vestígio.

Escobar, Pepe (2016). O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. *Jornal GGN*, 06/07/2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/analise/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida-por-pepe-escobar/>.

Fausto, Carlos (2001). *Inimigos Fiéis. História, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp.

Fraser, Nancy (2022). *O Velho Está Morrendo e o Novo Não Pode Nascer*. São Paulo: Autonomia Literária.

Freitas, Ilton (2019). *Guerra Híbrida Contra o Brasil*. Porto Alegre: Liquid Book.

Genoíno, José (2021). As Forças Armadas e a Política. *Portal do PT*. Disponível em: <https://pt.org.br/artigo-as-ffaa-e-a-democracia-por-jose-genoino/>.

Genoíno, José; Leirner, Piero & Granado, Antonio (2021). Guerra Híbrida no Brasil - O Papel dos Militares no Contexto Político. *Portal Amsur*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uJykrRH-S8Nc>.

Gerbaudo, Paolo (2021). *Redes e Ruas. Mídias sociais e ativismo contemporâneo*. São Paulo: Funilaria.

Graeber, David & Wengrow, David (2022). *O Despertar de Tudo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Graham, Stephen (2016). *Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo.

Haraway, Donna (2013). Manifesto Ciborgue. In D. Haraway, H. Kunzru & T. Tadeu (ed.), *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.

Hardt, Michael & Negri, Antonio (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do império*. São Paulo: Record.

Hodder, Ian (1990). *The Domestication of Europe*. Oxford: Basil Blackwell.

Hoffman, Frank (2009). Hybrid Warfare and Challenges. *JFQ* (Issue 52, 1st Qt 2009). Washington: National Defense University.

____ (2007). *Conflict in the 21st Century: the rise of the hybrid wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies.

Iubel, Aline (2015). *Políticas Indígenas no Alto Rio Negro*. Tese de Doutorado, PPGAS/ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Judensneider, Elena; Lima, Luciana; Pomar, Marcelo & Ortellado, Pablo (2013). *Vinte Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.

Korybko, Andrew (2018). *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular.

____ (2018b). Brasil é Alvo de Guerra Híbrida (Entrevista com Leonora Lucena). *Tutameia*, 18/10/2018. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/brasil-e-alvo-de-guerra-hibrida/>.

Laclau, Ernesto (2005). *On populist Reason*. Londres: Verso.

Lago, Miguel (2022). Como Explicar a Resiliência de Bolsonaro?. In Heloísa Starling, Miguel Lago & Newton Bignotto (ed.), *Linguagem da Destruição*. São Paulo: Companhia das Letras.

Leirner, Piero (2020). *Mini-Manual da Hierarquia Militar*. Seattle (AmazonPub): Indepub/SC.

____ (2020b). Hybrid warfare in Brazil: The highest stage of the military insurgency. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 10(1). Chicago: Un. Of Chicago Press.

____ (2022 [2020]). *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica* (2ª Edição). São Paulo: Alameda.

Lemos, Guilherme (2023). Generais entre Poderes: uma rotina de “indisciplina”, “crises” e “insubordinação” (2007-2018). *Teoria e Pesquisa*, 32(2). São Carlos: PPGPOL/UFSCar.

Lévi-Strauss, Claude (1986 [1962]). *O Totemismo Hoje*. Lisboa: Ed. 70.

____ (2003 [1950]). Introdução à Obra de Marcel Mauss. In M. Mauss (ed.), *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

____ (2003b). O Feiticeiro e sua Magia. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Loureiro, Isabel (2021). “Nota Introdutória”. In Paulo Arantes (2021 [2014]), *Depois de Junho a Paz Será Total*. São Paulo: Sentimento da Dialética.

Lutz, Catherine (2002). *Homefront: A Military City and the American Twentieth Century*. Boston: Beacon Press.

Maricato, Hermínia (2013). “É a questão urbana, estúpido!”. In Ermínia Maricato (ed.), *Cidades Rebeldes. Passe livre e as minifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Manoel, Jones (2023). Junho de 2013 e a Guerra Híbrida: o leninismo contra a idealização da conspiração. In B. Altman & M. Carlotto (ed.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo.

Marin, Pedro (2016). Golpe no Brasil: a conexão internacional. *Outras Palavras*, 11/05/2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/golpe-no-brasil-a-conexao-internacional/>.

____ (2019). Como Vencer a ‘Guerra Híbrida’? *Revista Opera*, 15/08/2019. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/08/15/como-vencer-a-guerra-hibrida/>.

Martins, Caio & Cordeiro, Leonardo (2014). Revolta popular: o limite da tática. *Passa Palavra*, 27/05/2014. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/05/95701/>.

Mattis, James N. & Hoffman, Frank (2005). Future warfare: the rise of hybrid warfare. *Naval Institute Proceedings*, November/05.

Medeiros, Jonas (2020). “Guerras Híbridas”, um panfleto pró-Putin e demofóbico. *Passa Palavra*, 28/01/2020. Disponível em: <https://passapalavra.info/2020/01/129676/>.

Mendes, Mateus [Souza] (2018). Revoluções Coloridas e o Golpe no Brasil em 2016. *Terra Livre*, 51(2), pp. 16-53. São Paulo: AGB.

Mendes, Mateus (2022). *Guerra Híbrida e Neogolpismo: geopolítica e luta de classes no Brasil (2013-2018)*. São Paulo: Expressão Popular.

____ (2023). A Revolução Colorida Brasileira. In B. Altman, & M. Carlotto (ed.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo.

Monteiro, Lucas (2023) "A Premência do Transporte". In B. Altman, & M. Carlotto (ed.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo..

Moraes, Alana (2018). *Contato e improvisação: o que pode querer dizer autonomia?*. São Leopoldo: IHU/Unisinos.

____ (2018b). Junho 2013. O último chamado de uma geração que desejava apenas fazer política (Entrevista por Ricardo Machado). *IHU Online*. São Leopoldo: IHU/Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/579972-o-ultimo-chamado-de-uma-geracao-que-desejava-apenas-fazer-politica-entrevista-especial-com-alana-moraes>.

____ (2023). Seminário Nacional - 10 Anos de Junho de 2013: sentidos, atos, sujeitos e consequências - 20/06 (com Ronaldo Tadeu de Souza). São Paulo: DCP/FFLCH/USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Gz0BUm0y6Q>.

Moraes, Alana; Gutiérrez, Bernardo; Parra, Henrique; Albuquerque, Hugo; Tible, Jean & Schavelzon, Salvador (orgs.) (2014). *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil.

Morozov, Evgeny (2022). Critique of Techno-Feudal Reason. *New Left Review*, 133/134. Jan/Apr/2022. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii133/articles/evgeny-morozov-critique-of-techno-feudal-reason>.

MPL (Movimento Passe Livre) (2013). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In Ermínia Maricato (ed.), *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Negri, Antonio (2017). Notas Sobre o Brasil. Para onde vai o PT? Para onde vão as lutas?. In Homero Santiago, Jean Tible & Vera Telles, *Negri no Trópico. 23^o26'14"*. São Paulo: Autonomia Literária/Editora da Cidade/N-1 Edições.

Nobre, Maíra (2023). *Territórios Desejantes: a multidão nas Jornadas de Junho de 2013*. Tese de Doutorado (Orient. Natacha Rena), Escola de Arquitetura/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Nobre, Marcos (2022). *Limites da Democracia. De junho de 2013 ao Governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.

____ (2023). Como junho de 2013 levou culpa pelos desastres do País. *Folha de S. Paulo*, 06/06/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/06/como-junho-de-2013-levou-culpa-pelos-desastres-do-pais.shtml>

Nunes, Rodrigo (2017). Multidão e Organização: plano ou sujeito?. In Homero Santiago, Jean Tible & Vera Telles, *Negri no Trópico. 23º26'14"*. São Paulo: Autonomia Literária/ Editora da Cidade/N-1 Edições.

____ (2022). *Do Transe à Vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora.

____ (2023). *Nem Vertical, nem Horizontal: uma teoria da organização política*. São Paulo: Ubu Editora.

Omena, Erick & Souza, Rafael (2023). Junho de 2013 em Perspectiva Histórica: as raízes urbanas e autonomistas da revolta. *Revista Desigualdade & Diversidade*, 23. Rio de Janeiro: PUC/RJ.

Ortellado, Pablo (2013). Os Processos de Junho entre o Processo e o Resultado. In E. Judensneider; L. Lima; M. Pomar & P. Ortellado (ed.). *Vinte Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.

Penido, Ana & Stédile, Miguel Enrique (2021). *Ninguém Regula a América. Guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular.

Pinheiro-Machado, Rosana (2019). *Amanhã vai ser Maior. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta.

Rocha, Camila (2021). *Menos Marx, Mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia.

____ (2023). As Direitas não Precisaram de Junho de 2013. In B. Altman, & M. Carlotto (ed.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo.

Rousseff, Dilma (2021). A corrosão da democracia começou com o impeachment (Entrevista a Ricardo Borges/Focus Brasil). Disponível em: <https://pt.org.br/dilma-a-corrosao-da-democracia-comecou-com-o-impeachment/>.

Safatle, Vladimir e Altman, Breno (2023). Vladimir Safatle: Junho 2013: Insurgência ou Contrarrevolução? Programa 20 Minutos. *Opera Mundi*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bYiByjTA_UU.

Safatle, Vladimir (2021). A Economia é a Continuação da Psicologia por Outros Meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In Vladimir Safatle; Nelson da Silva Junior & Christian Dunker (ed.). *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico*. São Paulo: Autêntica.

____ (2022). *Só Mais um Esforço: como chegamos até aqui ou como o País dos "pactos", das "conciliações", das "frentes amplas" produziu seu próprio colapso*. São Paulo: Vestígio.

____ (2023). O Dia no qual o Brasil Parou por Dez Anos. In B. Altman, & M. Carlotto (ed.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo

- Saunders, Frances (2008). *Quem Pagou a Conta? A CIA na guerra fria da cultura*. São Paulo: Record.
- Scott, James (2017). *Against the Grain. A deep story of the earliest states*. New Heaven: Yale University Press.
- Secco, Lincoln (2013). As Jornadas de Junho. In Ermínia Maricato (ed.), *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Singer, André (2013). Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, 97 (Nov/2013). São Paulo: Cebrap.
- Souza, Jessé (2020). *A Guerra Contra o Brasil*. Rio de Janeiro: GMT Editores.
- Stival, Monica (2016). Resistência e Política. *Blog da Revista Fevereiro*, 10/11/2016. Disponível em: <https://revistafevereiroblog.wordpress.com/2016/11/10/resistencia-e-politica/>.
- Strathern, Marilyn (2006). *O Gênero da Dádiva*. Campinas: Edunicamp.
- Teixeira, Yasmin (2021). Posfácio à Edição Brasileira. In É. Alliez & M. Lazzarato, *Guerras e Capital*. São Paulo: Ubu.
- Tible, Jean (2023). Junho de 2013: Rebeliões realmente fracassam?. *Outras Palavras*, 30/06/2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/junho-de-2013-rebelioes-realmente-fracassam/>.
- Tilly, Charles (1996). *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp.
- Torturra, Bruno (2023). Seminário “Visões de junho” (09/08/23). São Paulo: DF/FFLCH/USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TosKBvLonMY&t=7732s>.
- Zuboff, Shoshana (2021). *A Era do Capitalismo de Vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca [edição digital].

Recebido em 10 de outubro de 2023.

Aceito em 21 de dezembro de 2023.

Ensaio sobre 2013 e uma guerra híbrida fora de lugar

Resumo

Este ensaio pretende fazer uma avaliação crítica de leituras sobre o “Junho de 2013” no Brasil, abarcando uma contraposição de concepções que envolvem leituras sobre a ação política em um campo de esquerda. Nesta tensão apareceu a noção de “guerra híbrida”, ora usada para vincular 2013 à emergência da extrema-direita a partir da ação irresponsável de uma esquerda inocente-útil, ora tomada como falsa ideia para isentar uma esquerda hegemônica da culpa pelo estado posterior das coisas. Com uma profusão de causas, consequências, acusações e culpas analiso como ambas as posições partem de leituras parciais e algo mistificadoras sobre a guerra híbrida, que parece no final das contas apenas operar como um “tudo ou nada” – e, portanto, vazio em sua concepção. Como no centro desta tensão intelectual também operam conceitos-chave na esquerda, tais como Revolução e Contrarrevolução, procurei fazer um esforço complementar em entender sob quais termos penso ser adequado ler junho de 2013, chegando à conclusão de que “guerras híbridas” não podem atender a esta demanda.

Palavras-Chave: Junho de 2013; guerra híbrida; insurgências; PT; redes; extrema-direita.

On 2013 protests in Brazil and a misplaced hybrid warfare

Abstract

This essay aims to make a critical assessment of readings about “June 2013” in Brazil, encompassing a contrast of conceptions that involve readings about political action in a left-wing field. In this tension, the notion of “hybrid war” appeared, sometimes used to link 2013 to the emergence of the *far-right* based on the irresponsible action of an innocent-useful left, sometimes taken as a false idea to exempt a hegemonic left from blame for the subsequent state of things. With a profusion of causes, consequences, accusations, and blame, I analyze how both positions depart from partial and somewhat mystifying readings of hybrid war, which ultimately seems to only operate as an “all or nothing” – and, therefore, empty in its conception. As key concepts on the left such as Revolution and Counterrevolution also operates at the center of this intellectual tension, I tried to make a complementary effort to understand under which terms I think it is appropriate to read June 2013, reaching the conclusion that “hybrid wars” cannot meet this demand.

Keywords: June 2013; hybrid war; insurgencies; PT; networks; far-right.